

CALÇADOS BEIRA RIO S.A. CNPJ nº 88.379.771/0001-82 - NIRE 43300035247

Relatório da Administração do Exercício 2021

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31/12/2021, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e as práticas adotadas pela Companhia. O ano de 2021 não trouxe ainda a superação definitiva da pandemia que assola a humanidade, mas já apresenta no horizonte um cenário mais alentado. Na continuidade desta travessia, a Companhia mais uma vez se colocou ao lado de seus colaboradores, parceiros e clientes, dando concretude aos valores humanistas que norteiam sua atuação. A Companhia segue comprometida com a atualização permanente de suas diferentes linhas de produtos e investindo fortemente

em inovação e tecnologia, com o objetivo de assegurar aos seus consumidores uma experiência única e diferenciada. O programa Conquistando a Perfeição, reconhecido mundialmente, representa a expressão máxima da busca incessante por fazer sempre mais e melhor. Trata-se de um poderoso instrumento em que a conquista de hoje revela o novo desafio de amanhã, em uma renovação virtuosa e saudável. Seguramente um dos segmentos em que os resultados alcançados foram mais significativos se dá no plano da sustentabilidade. Atenta às melhores práticas do selo ESG, a Companhia adotou importantes iniciativas em 2021, tais como o comprometimento de sua cadeia de fornecedores com a certificação máxima em origem sustentável e a geração de energia a partir de resíduos de calçados. A Administração está absolutamente segura de que os bons resultados ora apresentados constituem o reflexo de uma empresa que prima pelo Ser, Saber e Fazer, em todas as suas dimensões. Ainda que a Companhia não tenha ainda recuperado o volume de vendas anterior, a melhoria dos resultados de 2021 já se faz notar. A receita líquida das vendas e serviços cresceu 25% em relação à apurada em 2020, com

expressivo aumento do lucro operacional, que passou de R\$263 milhões para R\$379 milhões, resultando em um lucro líquido apurado no exercício de 2021 de R\$380 milhões, superior ao apurado em 2020. Para o exercício de 2022, em linha com as expectativas do setor calçadista, a Companhia prevê um cenário econômico desafiador, marcado por pressões inflacionárias distribuídas ao longo de toda a cadeia produtiva e um comprometimento da renda disponível dos consumidores nacionais. Por esta razão, a Companhia pretende incrementar ainda mais o volume e a representatividade de suas exportações, gerando trabalho e riqueza para todo o ecossistema empresarial no qual está inserida. A Companhia permanecerá fiel a seus valores, comprometida com a tradicional replicação de seus resultados em investimentos na renovação de seu parque fabril e no suporte ao financiamento de seus parceiros e clientes. Tais medidas, implementadas conjuntamente com uma disciplina rigorosa no controle de despesas e uma busca obstinada pela qualidade, deverão de nortear as atividades da Companhia no próximo exercício. Novo Hamburgo, 04/02/2022. Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (em milhares de reais)
ATIVO
ATIVO CIRCULANTE
Caixa e equivalentes de caixa
Clientes
Estoque
Impostos a recuperar
Outros ativos
ATIVO NÃO-CIRCULANTE
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
Impostos a recuperar
Depósitos judiciais
Tributos diferidos
Outros ativos
INVESTIMENTOS
IMOBILIZADO
INTANGÍVEL
TOTAL DO ATIVO

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido p/ os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (em milhares de reais)
Reservas de Lucros
Legal
P/ Invest. e Cap. de Giro
Total
Lucros Acum.
Total

Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31/12/2021 e de 2020 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede social em Novo Hamburgo - RS, tendo suas unidades produtivas localizadas no Rio Grande do Sul. Possui como objetivo a industrialização e/ou comercialização, inclusive importação e exportação de calçados, artefatos e componentes de calçados, artigos esportivos e vestuário em geral e a participação no capital social de outras sociedades. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação pela Administração da Companhia em reunião realizada em 04/02/2022 e foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. 3. Principais práticas contábeis: (a) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo considerados de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. (b) Clientes: Estão apresentados a valores de realização e ajustados a valor presente e por provisão para riscos de crédito. A provisão para riscos de crédito é reconhecida quando surge incerteza acerca da realização do valor já incluído na receita com vendas, a qual é reconhecida como despesa. (c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação das demonstrações contábeis é necessário a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores registrados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua, sendo tais revisões reconhecidas no exercício em que as mesmas foram efetuadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A Administração acredita que as estimativas e premissas que podem apresentar um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social referem-se à provisão necessária para passivos contingentes, provisão para perdas nos estoques e provisão para riscos de crédito. (d) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são classificados numa das três categorias: • Instrumentos financeiros ao custo amortizado; • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros de natureza decorrente de Derivativos. (e) Estoques: Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção não excedendo o seu valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. (f) Ajustes a valor presente: Foi efetuada análise específica, quanto a ajustes em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo decorrentes de operações de curto prazo, sendo que apenas as transações de contas a receber de clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. Os juros embutidos nas vendas são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. (g) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31/12/1995 e deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado, de acordo com a avaliação efetuada das taxas de depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado. Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados pela Administração da Companhia, não tendo sido identificada necessidade de alteração das expectativas anteriores. (h) Outros ativos e passivos: Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, caso contrário ou quando requerido por pronunciamento específico, são demonstrados como não circulantes. (i) Valor recuperável de ativos: Foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. (j) Imposto de renda e contribuições

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da CALÇADOS BEIRA RIO S.A. Novo Hamburgo - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Calçados Beira Rio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Calçados Beira Rio S.A. em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto o lucro por ação)
Receita Líq. das Vendas e Serviços
Custo das Vendas e Serviços
Lucro Bruto
(Despesas) Receitas Operacionais
Despesas com vendas
Despesas gerais e administrativas
Outras receitas operacionais
Lucro Operac. antes do Resultado Financeiro
Resultado Financeiro
Receitas financeiras
Despesas financeiras
Lucro antes do IR e da CS
IR e Contribuição Social correntes
IR e Contribuição Social diferidos
Lucro antes das Participações
Participações no resultado
Lucro Líquido do Exercício
Lucro básico/diluído por ação ON e PN - em R\$

Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Exercícios Findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)
Lucro Líquido do Exercício
Outros resultados abrangentes
Resultado Abrangente Total
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
b) Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido: A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado anualmente pela Companhia.
c) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:
Lucro antes dos impostos e após as participações estatutárias
Alíquota vigente
Expectativa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente
Adições e exclusões
Subvenção para investimentos
Juros s/capital próprio pagos e/ou creditados
Outras diferenças permanentes líquidas
Ganhos relativos a anos anteriores
IR e CS no resultado - despesa
Corrente referente ao exercício
Diferido referente ao exercício
Ganhos c/trib. correntes relat. a anos anteriores
Taxa efetiva - corrente e diferido

Móveis
Inst. e Máq. e
deprec. ao ano
Saldos em 31/12/2019
Adições
Transferências
Baixas
Depreciações
Saldos em 31/12/2020
Adições
Transferências
Baixas
Depreciações
Saldos em 31/12/2021


Resumo da movimentação dos montantes provisionados
Trabalhistas
Cíveis
Ambientais
Tributárias
Saldos em 31/12/2019
Novos processos/complementos e atualizações monetárias
Reversões e pagamentos
Saldos em 31/12/2020
Novos processos/complementos e atualizações monetárias
Reversões e pagamentos
Saldos em 31/12/2021

Resultado financeiro
(a) Inclui o montante de R\$10.878 (R\$98.352 em 2020) referente à atualização monetária do processo que exclui o ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS. Maiores detalhes na nota explicativa nº 7.
19. Outras receitas operacionais: Os valores registrados nessa rubrica referem-se principalmente a provisão para riscos de crédito, às provisões trabalhistas, ambientais, cíveis e de tributos federais, bem como o ganho oriundo da ação judicial relativa à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no montante de R\$3.754 (R\$175.374 em 2020). Maiores detalhes na nota explicativa nº 7.
20. Despesas por natureza:
Custo das vendas e serviços
Custos variáveis
Gastos com remuneração e benefícios
Depreciação
Contratação de serviços
Outros
Total
Despesas com vendas
Despesas com remuneração e benefícios
Propaganda
Fretes
Comissões
Perdas com clientes
Outros
Total
Despesas administrativas
Despesas com remuneração e benefícios
Serviços de terceiros
Outros
Total

21. COVID-19: A pandemia do coronavírus está sendo, sem sombra de dúvidas, um marco para a Humanidade. Entre tantas análises e previsões otimistas e pessimistas, a pandemia se mostrou uma realidade de difícil mensuração mesmo depois de dois anos. A segunda onda da pandemia, no começo de 2021, precisou de novas ações de combate. Entre elas, um novo arrocho no isolamento social. Apesar de ainda haver incerteza quanto ao desfecho da pandemia, o avanço da vacinação tem trazido uma perspectiva de melhora no cenário econômico global e brasileiro, em função do menor grau de restrição de mobilidade e da retomada do comércio e demais atividades. A Companhia segue tomando todos os cuidados para que seus colaboradores possam trabalhar tranquilamente e com segurança. A Administração está monitorando rigorosamente as mudanças não esperadas que deterioram o ambiente econômico e de negócios, e que possam afetar a capacidade da Companhia de atender suas obrigações e/ou levar ao reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de seus ativos.

adминистраção e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração da Companhia é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião.

continua

<p>continuação</p> <p>se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.</p> <p>O Conselho Fiscal da CALÇADOS BEIRA RIO S/A, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, concluiu o exame do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Contábeis da Companhia, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2021, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa - Método Indireto, bem como pelas Notas Explicativas relacionadas. Tais exames foram ainda complementados pela análise de documentos, balancetes da Companhia e por informações e esclarecimentos prestados</p>	<p>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis</p> <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos, Porto Alegre, 04/02/2022. HLB BRASIL - Rokembach + Lahm, Villanova & Cia. Auditores - CRCRS 3.663. Cassmarvil Bortolotti da Rosa - Contadora-RS-90514/O. Roger Arthur Lahm - Contador-RS-46161/O.</p> <p>Parecer do Conselho Fiscal</p> <p>aos membros deste Conselho pela Companhia e pelos Auditores Independentes. Desta forma, com base nos exames realizados e no Relatório da Rokembach, Lahm, Villanova & Cia. Auditores, emitido em 04/02/2022, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que os documentos acima referidos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas, Novo Hamburgo, 23/02/2022.</p>	<p>César Pereira de Souza</p> <p>Ramon C. Schneider - Presidente</p> <p>João Carlos Sfredo</p> <p></p>
--	---	---



BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.

CNPJ 10.397.031/0001-81 – NIRE 43300054985

Rua Siqueira Campos, 1163 - 5º e 8º andar
Porto Alegre/RS

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Parceiros e Colaboradores

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Companhia" ou "Bem Promotora") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Foco de Atuação

A Companhia atua na prestação de serviços de crédito de terceiros, tendo como foco a recepção e encaminhamento de propostas de crédito, serviços de coleta de informações cadastrais e de documentos, controle e processamento de dados, cobrança extrajudicial de crédito e gestão de operações de crédito, na forma da Resolução nº 3.954, emitida pelo Banco Central do Brasil em 24 de fevereiro de 2011.

Em 2021, a Companhia manteve seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados, mediante o subestabelecimento de correspondentes no País e através da estrutura física e operacional da sua rede de lojas próprias. A Companhia ainda manteve atuação no mercado de corretagem de seguros através da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A..

Destaques do Ano

O ano de 2021 foi de grandes realizações apesar dos desafios ainda impostos pela pandemia da COVID-19. Ao longo do exercício, a Administração focou os esforços na execução das ações do planejamento estratégico que tem como objetivo principal as pessoas e a inovação em processos e tecnologia. Os investimentos em tecnologia envolvendo infraestrutura e desenvolvimento de sistemas atingiram o montante de R\$ 7,4 milhões (R\$ 7,1 milhões em 2020). Os investimentos na qualificação constante dos colaboradores e em ações de *endmarketing* chegaram ao patamar de R\$ 722 mil (R\$ 470 mil em 2020). Ao total, em 2021, foram 1.495 treinamentos realizados, montando um total de 9.268 horas de treinamento.

Disponibilizada ao mercado de correspondentes em 2020 para negociação dos produtos crédito consignado e cartão de crédito consignado, a plataforma Venda 4.0 recebeu em 2021 80% das originações realizadas pela rede de lojas e correspondentes subestabelecidos em todo o País. Em 2021 a plataforma recebeu R\$ 2,2 milhões em novos investimentos, com o objetivo de acompanhar a evolução do produto de Crédito Consignado, oferecer soluções diferenciadas e melhorar ainda mais a experiência dos usuários e parceiros da Bem.

Em 2021, 63% das propostas originadas pela rede de lojas e correspondentes subestabelecidos foram formalizadas através de assinatura eletrônica, sendo que em dezembro de 2021 este percentual foi de 92%, contribuindo assim com o aumento da eficiência e segurança do processo de formalização e com a sustentabilidade das operações da Bem. O BemApp, a plataforma *mobile* da Bem Promotora, recebeu em 2021 R\$ 700 mil em novos investimentos, e permanece sendo constantemente melhorado e atualizado para acompanhar as evoluções do mercado.

A Administração avaliou que a continuidade operacional da Companhia não foi e não será afetada em decorrência da pandemia da COVID-19. Os investimentos realizados na qualificação do quadro de pessoal e no desenvolvimento e implementação de tecnologias, permitiram que a Administração implementasse ações rápidas para conter a propagação do vírus, mantendo os colaboradores e clientes em segurança e garantindo a continuidade das operações da Companhia. Dentre estas ações, a Companhia antecipou investimentos na aquisição de equipamentos de tecnologia e ferramentas de colaboração, viabilizando o trabalho *home office* para todos os colaboradores, intensificou os procedimentos de higienização dos ambientes administrativos e comerciais, realizou campanhas internas de conscientização e de cuidados com a higiene pessoal, e forneceu ajuda de custo para auxiliar os colaboradores com os gastos adicionais decorrentes do isolamento social. O isolamento imposto pela pandemia consolidou o modelo de trabalho remoto que já vinha sendo praticado pela Companhia desde 2019. Neste contexto, a Administração investiu na qualificação dos modelos de gestão e em ferramentas que auxiliam os gestores e as equipes no gerenciamento das atividades

operacionais, garantindo que as entregas sejam realizadas com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos. Com relação à atuação da rede de lojas, a Companhia atuou normalmente nos seus 31 pontos de vendas, sempre mantendo os procedimentos de limpeza e o controle do fluxo presencial de colaboradores e de clientes nas lojas. A originação de operações de crédito consignado não sofreu impactos relevantes em decorrência da pandemia, o que permitiu que a Companhia realizasse uma receita líquida superior à receita realizada em 2020 e alinhada com a previsão orçamentária do período. Na linha das despesas, a Administração reavaliou a estrutura física dos escritórios administrativos, iniciando um processo de modernização e adequação dos espaços às necessidades do novo formato de trabalho instalado. Reavaliou os contratos firmados com os principais fornecedores, renegociou contratos de aluguel e reduziu significativamente as despesas de consumo. Os avanços tecnológicos com foco na jornada dos clientes e dos colaboradores, aliados aos investimentos em capacitação também contribuíram para o ganho de eficiência e aumento da segurança na análise das informações. Estes fatos permitiram que a Companhia, mesmo diante de todas as adversidades impostas pela pandemia, mantivesse os empregos e a sustentabilidade econômica e financeira.

Em 2021, a Bem Promotora novamente participou da pesquisa *Great Place to Work*. A pesquisa aplicada pelo instituto contou com a participação de 95% dos colaboradores (98% em 2020), cujo nível de satisfação registrado foi de 88% (89% em 2020), o que permitiu que a Bem Promotora fosse premiada entre as melhores empresas de médio porte para trabalhar no Rio Grande do Sul, atingindo o *ranking* de 26º lugar, e no Rio de Janeiro, no *ranking* de 29º lugar. Além disso, em 2021, a Bem Promotora também foi premiada na 17ª posição do *ranking* de melhores empresas para se trabalhar na categoria Mulher, o que enche a todos os colaboradores de orgulho.

Ainda em 2021, a Bem Promotora lançou a terceira edição da "Revista 20/30 | Tendências para a Década", com um editorial focado na inovação, *marketing*, soluções sustentáveis e as engrenagens do mundo.

Desempenho nos Negócios

Em 2021, a Companhia manteve o crescimento de produção de crédito consignado. No acumulado dos 12 meses foram 1,4 milhões de propostas de crédito processadas, no montante de R\$ 16,5 bilhões. Deste total, foram efetivados 577 mil contratos, alcançando o patamar de produção de R\$ 7,06 bilhões de financiamento de operações de crédito consignado.

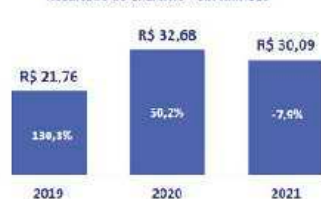


O crescimento dos níveis de originação refletiu no aumento da carteira de operações de crédito consignado, base da principal fonte de receitas da Companhia. Em 2021, a receita operacional bruta da prestação de serviços alcançou o montante de R\$ 155,3 milhões e os custos e despesas operacionais do exercício montaram R\$ 91,6 milhões (59% da receita operacional bruta).



A Companhia encerrou 2021 com lucro líquido de R\$ 30,09 milhões e um patrimônio líquido de R\$ 46,3 milhões (R\$ 54,5 milhões em 2020).

Resultado do Exercício - em milhões



Estrutura Operacional

Com sede em Porto Alegre/RS, a Companhia possui atualmente 31 lojas próprias, sendo 13 lojas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro, 498 correspondentes subestabelecidos e 384 colaboradores atuantes nas áreas administrativas e comerciais.

Em 2021, a Administração manteve os investimentos direcionados para a infraestrutura e o desenvolvimento de novas tecnologias, e considera que a estrutura operacional instalada permite a continuidade e o crescimento dos negócios da Companhia a curto e médio prazo.

Governança Corporativa

A Companhia possui uma área específica para tratar dos processos de Governança Corporativa, aprimorando assim os processos decisórios da Administração. A Administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva. O Conselho Fiscal é composto por três membros eleitos pela Assembleia Geral, é de funcionamento permanente e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em Lei.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes, se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses de seus clientes. A Deloitte é a empresa contratada para os serviços de auditoria externa do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, prestando exclusivamente os serviços para os quais foram contratados, não realizando, portanto, quaisquer outros serviços que eventualmente podem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação ao seu trabalho. Os serviços de auditoria externa do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram prestados pela KPMG.

Agradecimento

Para finalizar, agradecemos a confiança de nossos Acionistas, Conselheiros, Parceiros e Colaboradores, reiterando o nosso compromisso permanente de promover uma administração voltada para um crescimento empresarial sólido e sustentável.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2022.

A Administração.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		1.391	887	1.477	938	Obrigações com fornecedores	3.324	2.971	3.328	2.973	
Aplicações financeiras	4	31.076	44.584	32.856	45.482	Obrigações fiscais e previdenciárias	3.942	3.671	3.995	3.695	
Contas a receber		63	67	139	123	Obrigações trabalhistas	6.000	5.361	6.022	5.363	
Impostos a compensar	5	4.537	1.705	4.554	1.711	Obrigações com partes relacionadas	2.111	3.056	2.111	3.056	
Valores a rec. correspondentes	6 a; 16.1	159	138	159	138	Provisão para indenizações contratuais	15.2	10.014	10.014	4.811	
Outros créditos diversos		714	445	481	218	Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	11	1.700	-	1.700	
Valores a receber decorrentes de processo arbitral	6 b	5.848	-	5.848	-	Provisões para riscos trabalhistas decorrentes de processo arbitral	11	4.914	-	4.914	
Depósitos em garantia		56	33	56	33	Passivo e Encargos de Arrendamento	16.2	1.628	1.257	1.628	1.257
Depósitos Judiciais Trabalhistas	11 b	3.755	-	3.755	-	Total do passivo circulante	33.633	21.127	33.712	21.155	
Despesas antecipadas		2.043	1.811	2.050	2.166	Não circulante					
Total do ativo circulante		49.642	49.670	51.375	50.809	Outras obrigações com partes relacionadas	16.2	-	2.022	-	2.022
Não circulante						Passivo e Encargos de Arrendamento	16.2	1.742	1.708	1.742	1.708
Ativo fiscal diferido	10.1	10.808	13.234	10.808	13.234	Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	11	3.813	8.018	3.813	8.018
Depósitos em garantia		113	92	113	92	Provisões para riscos trabalhistas decorrentes de processo arbitral	11	5.335	12.394	5.335	12.394
Depósitos Judiciais Trabalhistas	11 b	2.571	5.427	2.571	5.427	Total do passivo não circulante	10.890	24.142	10.890	24.142	
Valores a receber decorrentes de processo arbitral	6 b	5.335	12.885	5.335	12.885	Total do passivo	44.523	45.269	44.602	45.297	
Despesas antecipadas		311	525	311	171	Patrimônio líquido					
Investimentos	7	1.656	759	-	-	Capital social	26.097	26.097	26.097	26.097	
Imobilizado	8	7.635	7.293	7.637	7.295	Reserva legal	5.094	3.590	5.094	3.590	
Intangível	8	9.516	7.082	9.516	7.082	Reserva para investimento	2.753	6.543	2.753	6.543	
Direitos de uso		3.216	2.827	3.216	2.827	Lucros à disposição da Assembleia Geral	12.336	18.295	12.336	18.295	
Total do ativo não circulante		41.161	50.124	39.507	49.013	Total do patrimônio líquido	46.280	54.525	46.280	54.525	
Total do ativo		90.803	99.794	90.882	99.822	Total do passivo e do patrimônio líquido	90.803	99.794	90.882	99.822	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		30.092	32.677	30.092	32.677
Resultado abrangente total atribuível aos acionistas controladores		30.092	32.677	30.092	32.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido - Controladora e Consolidado
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Investimentos	Lucros à disposição da Assembleia Geral		
Saldos em 01 de janeiro de 2020	26.097	1.956	2.409	13.042	-	43.504
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(8.908)	-	(8.908)
Constituição de reservas de lucros	-	-	4.134	(4.134)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	32.677	32.677
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.634	-	-	(1.634)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	(12.748)	(12.748)
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	-	-	18.295	(18.295)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	26.097	3.590	6.543	18.295	-	54.525
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(12.085)	-	(12.085)
Constituição de reservas de lucros (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	6.210	(6.210)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.092	30.092
Distribuição de dividendos à conta das reservas de lucros	-	-	(10.000)	-	-	(10.000)
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.504	-	-	(1.504)	-
Dividendos intermediários pagos (Nota Explicativa nº 12.3)	-	-	-	-	(16.252)	(16.252)
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	-	-	12.336	(12.336)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	26.097	5.094	2.753	12.336	-	46.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Companhia") atua na prestação de serviços de gestão e originação de créditos de terceiros, tendo como foco a recepção e encaminhamento de propostas de crédito, serviços de coleta de informações cadastrais e de documentos, controle e processamento de dados, cobrança extrajudicial de crédito e gestão de operações de crédito, na forma da Resolução nº 3.954, emitida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 24 de fevereiro de 2011. A Companhia é controlada pelos acionistas AMCM Participações Ltda. e RSR Participações Societárias Ltda. Em 2021, a Companhia manteve seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados ao seu acionista Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), mediante o subestabelecimento de correspondentes no país e através da estrutura física e operacional da sua rede de lojas próprias, e na atuação no mercado de corretagem de seguros através da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A.. A Administração avaliou que a continuidade operacional da Companhia não foi afetada em decorrência da pandemia da COVID-19. Os investimentos realizados na qualificação do quadro de pessoal e no desenvolvimento e implementação de tecnologias, permitiram que a Administração implementasse ações rápidas para conter a propagação do vírus, mantendo os colaboradores e clientes em segurança e garantindo a continuidade das operações da Companhia. Dentre estas ações, a Companhia antecipou investimentos na aquisição de equipamentos de tecnologia, viabilizando o trabalho *home office* para todos os colaboradores, intensificou os procedimentos de higienização dos ambientes administrativos e comerciais, e realizou campanhas internas de conscientização e de cuidados com a higiene pessoal. Com relação a atuação da rede de lojas, a Companhia voltou a operar fisicamente nas localidades onde a propagação do vírus já estava mais controlada, mantendo os procedimentos de limpeza e o controle do fluxo presencial de colaboradores e de clientes nas lojas. A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	13	133.173	128.722	134.737	130.002
Custo dos serviços prestados	14	(43.243)	(43.386)	(43.423)	(43.377)
Lucro bruto		89.930	85.336	91.314	86.625
(Despesas) Receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	14	(48.465)	(37.501)	(48.871)	(37.847)
Impairment de ativos financeiros	14	12.163	8.283	12.168	8.289
Resultado de participação em controladas	7	875	852	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	14	(12.021)	(10.554)	(12.016)	(10.548)
		(47.448)	(38.920)	(48.719)	(40.106)
Lucro antes do resultado financeiro		42.482	46.416	42.595	46.519
Receitas financeiras		1.996	1.151	2.064	1.185
Despesas financeiras		(338)	(335)	(338)	(335)
Resultado financeiro		1.658	816	1.726	850
Resultado operacional antes dos impostos		44.140	47.232	44.321	47.369
Provisão para imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contrib. social correntes	10.3	(14.048)	(14.555)	(14.229)	(14.692)
Imposto de renda e contrib. social diferidos		(2.426)	(6.134)	(2.426)	(6.134)
Lucro líquido do exercício		30.092	32.677 </		



»»» Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 24 de fevereiro de 2022. As práticas contábeis adotadas pela Companhia no ano de 2021, estão em linha com as práticas contábeis adotadas no ano de 2020.

2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas pelo valor justo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.2.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio de diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações, realizações de créditos tributários, assim como a análise de riscos para determinação de provisões para perdas de crédito esperadas (PCE) e passivos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.5. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 6 - Reconhecimento e mensuração de provisões para perdas de crédito esperadas; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas; • Nota Explicativa nº 8 - Imobilizado e Intangível: vida útil estimada dos ativos imobilizados e intangíveis; • Nota Explicativa nº 10.2 - Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro em montante suficiente para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas; • Nota Explicativa nº 11 - Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Nota Explicativa nº 15.2 - Provisão para indenizações contratuais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas.

2.6. Demonstrações financeiras consolidadas: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle, até a data em que o controle deixa de existir. De acordo com o que orienta o CPC 36 (R3), as demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas de forma consolidada com as demonstrações financeiras da sua subsidiária integral, a Bem Corretora de Seguros S.A. ("Controlada"). Na consolidação das demonstrações financeiras, os saldos e transações intercompany, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intercompany, são eliminados. O saldo de investimentos em controladas existente no balanço da Companhia é eliminado com o saldo do patrimônio líquido da Controlada, considerando que a Companhia possui 100% de participação no capital social da Controlada.

2.7. Reclassificações para melhor apresentação das demonstrações financeiras: Considerando o tempo para o julgamento das sentenças relacionadas aos processos civis e trabalhistas, para uma melhor apresentação das estimativas de exigibilidade destas ações judiciais, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia alterou a classificação das provisões para contingência para o passivo não circulante. Da mesma forma, o ativo constituiu para registrar a parcela dessas provisões das quais a Companhia tem direito de reembolso conforme decisão arbitral (Notas Explicativas nº 11 e nº 18) também foi reclassificado para o ativo não circulante nesta mesma data, visto que o efetivo reembolso ocorre ao final do processo. Uma vez que o tempo estimado para julgamento dos processos em 31 de dezembro de 2020 também era superior a 12 meses, a Companhia reapresentou os saldos destas rubricas em 31 de dezembro de 2020 para o passivo não circulante e ativo não circulante, respectivamente. Também para uma melhor divulgação das demonstrações financeiras, os depósitos judiciais relacionados aos processos judiciais trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 estão sendo apresentados no ativo na rubrica "Depósitos judiciais trabalhistas" e não mais reduzindo o montante das provisões passivas. Esta alteração na forma de apresentação também está sendo realizada no saldo de 31 de dezembro de 2020, visando a comparação pelos usuários das demonstrações financeiras. Desta forma, os valores correspondentes do período anterior, apresentados para fins de comparação, foram alterados e estão sendo representados para refletir as reclassificações nas linhas de (i) Valores a receber decorrentes de processo arbitral, (ii) Provisões para riscos trabalhistas, e (iii) Depósitos judiciais conforme demonstrado abaixo:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2020	Reclassificação	2020	Reclassificação
Circulante				
Valores a receber decorrentes de processo arbitral	12.885	(12.885)	-	-
Outros ativos circulantes	49.670	-	49.670	-
Não circulante				
Depósitos em garantia outros	406	(314)	92	(314)
Depósitos judiciais trabalhistas	-	5.427	5.427	-
Valores a receber decorrentes de processo arbitral	-	12.885	12.885	-
Outros ativos não circulantes	31.720	-	31.720	-
Total do Ativo	94.681	5.113	99.794	5.113
Passivo				
Circulante				
Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	15.299	(15.299)	-	-
Outros passivos circulantes	21.127	-	21.127	-
Não circulante				
Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	-	20.412	20.412	-
Outros passivos não circulantes	3.730	-	3.730	-
Total do Passivo	40.156	5.113	45.269	5.113

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações financeiras imediatamente conversíveis, com prazo de vencimento inferior a 90 (noventa) dias e que apresentam risco insignificante de mudança em seu valor justo.

3.2. Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: saldos em conta corrente e aplicações financeiras, os quais foram classificados como custo amortizado e valores a receber de clientes e valores a receber de correspondentes, os quais foram classificados como ativos financeiros a valor justo através do resultado (Nota Explicativa nº 6 a). Os principais passivos financeiros correspondem às obrigações com fornecedores, obrigações com partes relacionadas e passivos e encargos de arrendamento.

Mensuração subsequente: A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação nas seguintes categorias: a) valor justo por meio do resultado, e ativos e passivos mensurados ao custo amortizado.

Classificação: A Companhia classifica os seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (b) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, tendo por base o modelo de negócios e as características de fluxos de caixa contratuais. **Valor justo por meio do resultado:** São incluídos nesta categoria os ativos financeiros e passivos mensurados ao custo amortizado são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, como receita ou despesa financeira, dependendo do resultado obtido. **Custo amortizado:** São incluídos nesta categoria os passivos financeiros e ativos financeiros de dívida simples cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais. São atualizados pelo método de juros efetivos, reconhecendo as receitas ou despesas de juros no resultado, ao longo do período pertinente, com base na taxa de juros efetiva. **Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros:** O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, considerando também se houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. A Companhia mensura a provisão para perdas em instrumentos financeiros ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

3.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: As provisões para perdas de crédito esperadas (PCE) são constituídas com base na análise periódica dos ativos financeiros, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização desses ativos (Nota Explicativa nº 16.1).

3.4. Despesas antecipadas: São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados de despesas, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, conseqüentemente, são registrados no ativo considerando o princípio contábil da competência. Este grupo está composto principalmente por despesas antecipadas de benefícios de pessoal e licenças de uso de software.

3.5. Investimentos: A participação em sociedade controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas pela entidade controlada são uniformes às adotadas pela Companhia.

3.6. Imobilizado e intangível: Os móveis, utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. Os softwares de propriedade da Companhia estão demonstrados ao valor de custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidos de amortização e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação e amortização são revisados no final de cada ano quando da elaboração do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota Explicativa nº 8). Um item do imobilizado ou do intangível passa a ser depreciado ou amortizado, respectivamente, a partir do momento em que este é colocado em uso, e é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado ou intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, bem como são reconhecidos no resultado do período.

3.7. Bens de direito de uso - CPC 06 (R2) - Arrendamentos: Os ativos registrados como bens de direito de uso, estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) e estão compostos basicamente pelo valor presente dos contratos de aluguel que a Companhia mantém com terceiros, nos quais estão situados os escritórios e lojas que integram a rede operacional. Esses valores afetam o resultado à medida que são depreciados, normalmente pelo prazo contratual. O período depreciável é o prazo de vigência de cada contrato ou no caso de contrato com prazo indeterminado, foi definido como prazo hábil 60 (sessenta) meses, de acordo com a experiência passada pela Administração.

3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes: Os demais ativos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e as variações monetárias até a data dos balanços, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou para ajuste ao valor de mercado.

3.9. Imposto de renda e contribuição social: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos (Nota Explicativa nº 10). **Tributos correntes:** Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada e contabilizada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ambos ajustados conforme normas fiscais estabelecidas para a empresa cuja apuração tem como base o Lucro Real. **Tributos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes no final de cada período. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, se houver, serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis futuros, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. **Imposto de renda e contribuição social - Controlada:** O imposto de renda e a contribuição social da Controlada são apurados através do Lucro Presumido, sistematicamente regulamentada pelos arts. 587 a 594 do regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/18). Os impostos com base no Lucro Presumido foram determinados por períodos de apuração trimestrais, calculados sobre a base de 32% da receita bruta, acrescida de outras receitas operacionais.

3.10. Contribuições ao PIS e à COFINS: A Companhia apura as contribuições para PIS e COFINS pelo regime não-cumulativo, aplicando sobre a receita bruta os percentuais de, respectivamente, 1,65% e 7,6%, e apurando créditos sobre custos e despesas diretamente relacionados à prestação de serviços. As alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras são de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS. As contribuições ao PIS e à COFINS da Controlada são calculadas pelo regime cumulativo às alíquotas de, respectivamente, 0,65% e 3%.

3.11. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais e contratuais: Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 que trata de provisões, ativos e passivos contingentes, uma provisão só deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tiver uma obrigação presente como resultado de eventos passados; (b) for provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, porém, devem ser divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os passivos contingentes são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. Não existem ativos contingentes contabilizados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Contudo existem processos com decisões favoráveis à Companhia aguardando transitu em julgado no montante de R\$ 1.373 em 2021.

3.12. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment): De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) que dispõe sobre procedimentos aplicáveis a reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (Impairment), a Companhia testa, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de que seus ativos tangíveis sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. A Companhia não identificou indícios que indiquem a necessidade de contabilizar qualquer redução ao valor recuperável dos ativos.

3.13. Reconhecimento de receita: As receitas da Companhia são reconhecidas com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 47, à medida que a entidade satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o serviço contratado pelo cliente. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação dos serviços. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: i. Receitas de prestação de serviço - As receitas de prestação de serviço são reconhecidas pelo regime de competência com base no serviço prestado, e referem-se principalmente às comissões sobre originação de operações de crédito, serviços de gestão da produção, serviços de cobrança e agenciamento e corretagem de seguros. ii. Receitas de juros - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

3.14. Custo dos serviços prestados: Os custos dos serviços prestados são compostos por despesas de pessoal e administrativas diretamente ligadas à prestação dos serviços de originação, gestão da produção, cobrança e corretagens de seguros.

3.15. Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

3.16. Resultado por ação: O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme Pronunciamento Técnico CPC 41. O cálculo do lucro diluído por ação é equivalente ao cálculo do lucro líquido básico por ação, por não existir nenhum efeito diluente potencial nas ações ou instrumentos de conversão.

3.17. Gerenciamento de risco financeiro: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. O Conselho de Administração supervisiona e acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. a. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, falhas que surgem principalmente dos valores a receber de correspondentes. Os principais ativos sujeitos a risco de crédito são as aplicações financeiras, contas a receber de clientes e valores a receber de Correspondente. b. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. c. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Em relação ao impairment, a Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes.

4. Aplicações financeiras

Estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - (CDB), remunerados às taxas de 100,5% a 103,5% do CDI, com vencimentos superiores a 90 (noventa) dias e com possibilidade de resgate imediato. O quadro abaixo demonstra os recursos aplicados pela Companhia em instituições financeiras, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional de risco da agência de rating Fitch Ratings:

Instituição	Agência	Classificação de Risco	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	Fitch Ratings	A+ (bra)	21.008	42.255	22.788	43.157
Banco Bradesco S.A.	Fitch Ratings	AAA (bra)	10.068	-	10.068	-
Caixa Econômica Federal	Fitch Ratings	AA (bra)	-	2.548	-	2.548
(-) Provisão de Risco de Crédito			-	(219)	-	(223)
Total			31.076	44.584	32.856	45.482

5. Impostos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IR/CSLL retidos na fonte	91	191	103	193
IR/CSLL a recuperar de períodos anteriores	3.211	253	3.211	253
PIS e COFINS de créditos tributários	66	76	66	76
PIS e COFINS retidos na fonte	451	457	451	457
ISSQN retido na fonte	718	728	723	732
Total	4.537	1.705	4.554	1.711

6. Valores a receber de correspondentes e valores a receber de procedimento arbitral

a. Valores a receber de correspondentes	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valores a receber de correspondentes	10.285	22.209	10.285	22.209
(-) Provisão para perda no recebimento de créditos	(10.126)	(22.071)	(10.126)	(22.071)
Total	159	138	159	138

Com base nos contratos de Prestação de Serviços de Correspondente no País Master firmados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") e com o Banco Original S.A., a Companhia indenizou e sub-rogou-se de créditos que tais instituições tinham a receber com os correspondentes substabelecidos em decorrência de cancelamentos de contratos de crédito consignado, por solicitação do próprio cliente, por irregularidades na originação ou averbação das operações. A Companhia constituiu provisão para perda no recebimento destes créditos de acordo com as políticas internas aprovadas pela Administração, e considera que tais provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas no recebimento destes créditos.

Movimentação das provisões para perda

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	22.071	30.402
Provisões (reversões)	2.754	214
Baixas para prejuízo	(14.699)	(8.545)
Saldo no final do exercício	10.126	22.071

b. Valores a receber de procedimento arbitral (Nota Explicativa nº 18)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contingências trabalhistas - Procedimento arbitral (Nota Explicativa nº 11)	10.249	12.394	10.249	12.394
Reembolsos - Procedimento arbitral	934	491	934	491
Total	11.183	12.885	11.183	12.885

7. Investimento em controlada

A Bem Corretora de Seguros S.A. com sede em Porto Alegre/RS, atua como corretora de seguros referente aos ramos de pessoas, capitalização e previdência complementar aberta.

Bem Corretora de Seguros S.A.	% de participação	Saldo inicial	Resultado da equivalência	Aumento de capital	Dividendos Distribuídos	Dividendos provisionados	Saldo final
Ano 2021	100%	759	875	241	-	(219)	1.656
Ano 2020	100%	1.562	852	-	(1.442)	(213)	759

O aumento de capital na sociedade controlada foi realizado através da capitalização dos dividendos a receber decorrentes do resultado do exercício de 2020, no montante de R\$ 213, e com a integralização do saldo de R\$ 28 através de transferência bancária.

8. Imobilizado e intangível

IMOBILIZADO	Controladora			
	Benefitórias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Equipamentos de informática e outros	Total
Valor contábil líquido em 01 de Janeiro de 2020	2.765	1.357	2.725	6.847
Movimentações no exercício				
Aquisições	157	74	2.848	3.079
Baixas	(779)	(65)	(22)	(866)
Depreciação	(327)	(236)	(1.204)	(1.767)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2020	(949)	(227)	1.621	446
Custo	3.407	4.119	8.940	16.466
Depreciação acumulada	(1.591)	(2.989)	(4.595)	(9.173)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	1.816	1.130	4.347	7.293
Movimentações no exercício				
Aquisições	1.368	110	872	2.350
Baixas	(18)	(7)	(7)	(32)
Depreciação	(193)	(200)	(1.583)	(1.976)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2021	1.157	(97)	(718)	342
Custo	4.642	4.116	9.644	18.402
Depreciação acumulada	(1.669)	(3.083)	(6.015)	(10.767)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	2.973	1.033	3.629	7.635
Taxas anuais médias de depreciação	10%	7%	20%	
IMOBILIZADO				
Benefitórias em imóveis de terceiros	2.765	1.357	2.728	6.850
Valor contábil líquido em 01 de Janeiro de 2020	2.765	1.357	2.728	6.850
Movimentações no exercício				
Aquisições	157	74	2.848	3.079
Baixas	(779)	(65)	(22)	(866)
Depreciação	(327)	(236)	(1.205)	(1.768)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2020	(949)	(227)	1.621	445
Custo	3.407	4.119	8.944	16.470
Depreciação acumulada	(1.591)	(2.989)	(4.595)	(9.175)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	1.816	1.130	4.349	7.295
Movimentações no exercício				
Aquisições	1.368	110	873	2.351
Baixas	(18)	(7)	(7)	(32)
Depreciação	(193)	(200)	(1.584	



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

8. Imobilizado e intangível

	Controladora e Consolidado		
	Marcas	Softwares	Total
INTANGÍVEL			
Valor contábil líquido em 01 de janeiro de 2020	58	5.635	5.693
Movimentações no exercício			
Aquisições	-	4.238	4.238
Baixas	(13)	(584)	(597)
Amortização	-	(2.252)	(2.252)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2020	(13)	1.402	1.389
Custo	45	10.984	11.029
Amortização acumulada	-	(3.947)	(3.947)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	45	7.037	7.082
Movimentações no exercício			
Aquisições	-	6.200	6.200
Baixas	(19)	(13)	(32)
Amortização	-	(3.734)	(3.734)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2021	(19)	2.453	2.434
Custo	26	16.919	16.919
Amortização acumulada	-	(7.403)	(7.403)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	26	9.490	9.516
Taxas anuais médias de amortização	0%	33%	

9. Obrigações fiscais e previdenciárias a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda	-	-	20	9
Contribuição social	-	-	11	6
Encargos sociais	1.370	1.244	1.380	1.246
PIS/COFINS	1.312	1.279	1.316	1.282
ISSQN	680	679	685	683
Outros tributos	580	469	583	469
Total	3.942	3.671	3.995	3.695

10. Imposto de renda e contribuição social

10.1. Composição do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Provisão para perdas de crédito esperadas	10.126	22.290
Provisão para despesas gerais e administrativas	5.653	3.378
Provisão para indenizações contratuais	10.014	4.811
Provisão para ações cíveis e trabalhistas	5.513	8.018
Base de cálculo das prov. temporariamente não dedutíveis	31.306	38.497
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contrib. social sobre prov. temporárias	10.644	13.089
Outras provisões indebitáveis apenas para a CSLL	1.829	1.613
Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis para a CSLL	1.829	1.613
Alíquota da contribuição social	9%	9%
Contribuição social sobre provisões temporárias	164	145
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	10.808	13.234

10.2. Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Exercício de 2021	-	4.841
Exercício de 2022	4.683	3.028
Exercício de 2023	2.075	2.352
Exercício de 2024	2.263	2.933
Exercício de 2025	1.599	80
Exercício de 2026	188	-
Total	10.808	13.234

O ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias será realizado de acordo com a efetivação da despesa provisionada, momento em que a despesa será considerada dedutível para o cálculo do imposto de renda e o ativo fiscal diferido será baixado contra o resultado do período, ou com a reversão das provisões constituídas e não realizadas, tais como as provisões para perdas de crédito esperadas e provisões para passivos contingentes.

10.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	Controladora	
	2021	2020
Resultado antes da tributação	44.140	47.232
Alíquota fiscal	34%	34%
Despesas de tributos à alíquota nominal	(15.008)	(16.059)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:		
Despesas indebitáveis permanentes	(1.027)	(1.187)
Despesas indebitáveis de IR, dedutíveis de CSLL	(390)	(412)
Resultado de participações societárias	297	290
Incentivo da Lei do Bem	1.470	1.377
Incentivo da Lei do Bem - Ajuste retroativo ref. 2019	-	936
Incentivos fiscais (PAT)	218	175
Patrocínios e doações	368	306
Imposto de renda calculado s/ a parcela isenta do adicional de 10%	24	24
Outros	-	(5)
Total do IR e CSLL no resultado	(14.048)	(14.555)
Corrente	(11.622)	(8.421)
Diferido	(2.426)	(6.134)
Controlada		
2021	2020	
Receita Bruta	1.676	1.372
Base de cálculo presumida - 32%	536	439
Demais receitas	68	34
Base de cálculo de IR e CSLL	604	473
Contribuição social - 9%	(54)	(43)
Imposto de renda - 15%	(91)	(71)
Adicional de imposto de renda - 10%	(36)	(23)
Total do IR e da CSLL no resultado	(181)	(137)
Corrente	(181)	(137)
Consolidado		
2021	2020	
Total do IR e CSLL no resultado	(14.229)	(14.692)
Corrente	(11.803)	(8.558)
Diferido	(2.426)	(6.134)

11. Provisão para contingências

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais: As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. A Companhia provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável e a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Trabalhistas			
	Trabalhistas	Arbitral	Cíveis	Total
Consolidado 2020				
Saldo em 1º de janeiro de 2020	8.066	12.985	145	21.196
Constituição e Atualização Monetária	2.477	3.107	37	5.621
Reversão da Provisão	(1.876)	(3.188)	-	(5.064)
Reversão por baixa de processos	(831)	(510)	-	(1.341)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.836	12.394	182	20.412
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2020 - Risco Provável	5.113	-	-	5.113
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2020 - Risco Possível e Remoto	314	-	-	314
Consolidado 2021				
Saldo em 1º de janeiro de 2021	7.836	12.394	182	20.412
Constituição e Atualização Monetária	3.076	4.193	26	7.295
Reversão da Provisão	(2.556)	(4.801)	(119)	(7.476)
Reversão por baixa de processos	(2.932)	(1.537)	-	(4.469)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.424	10.249	89	15.762
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2021 - Risco Provável	5.675	-	-	5.675
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2021 - Risco Possível e Remoto	651	-	-	651

(a) **Cíveis:** referem-se a processos decorrentes de ações declaratórias de nulidade contratual cumulada com indenização por danos morais e repetição do indébito com pedido de antecipação de tutela. Com base na opinião dos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda desses processos como provável, a Administração constituiu provisão para fazer face às perdas estimadas nesses processos. Existem ainda contingências cíveis com possibilidade de perdas avaliadas como possíveis, no montante de R\$ 1.750 (R\$ 833 em 2020), para as quais de acordo com as práticas contábeis não foram registradas provisões para contingências. (b) **Trabalhistas:** referem-se a processos movidos por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos no montante de R\$ 15.673 (R\$ 20.230 em 2020). Para fazer frente a tais processos a Companhia realizou depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2021, somam R\$ 5.675 (R\$ 5.113 em 2020). Com base na opinião dos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda nesses processos como prováveis, a Administração constituiu provisão para perda destas, conforme apresentada no Balanço Patrimonial. Deste montante, a Companhia registrou um contas a receber de R\$ 10.249 em 31 de dezembro de 2021

(R\$ 12.394 em 2020), na rubrica de "Valores a receber" referente ao procedimento arbitral (Nota Explicativa nº 6 b), uma vez que essas contingências têm como base fatos ocorridos com data anterior a 13 de março de 2012, período de responsabilidade do Banco Original S.A. (antigo acionista da Companhia), que conforme prevê o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças assinado naquela data, deverá reembolsar à Companhia em caso de perda judicial (Nota Explicativa nº 18). Existem ainda contingências trabalhistas com possibilidade de perdas avaliadas como possíveis, no montante de R\$ 18.163 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 14.657 em 2020). Esse montante está pulverizado em reclamantes solicitando a equiparação de condição de bancário e benefícios oriundos desse vínculo. A Administração não constituiu provisão para perda, porém realizou depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2021, somam R\$ 651 (R\$ 314 em 2020). Destacamos que as premissas utilizadas para segregar curto e longo prazo, tanto dos processos trabalhistas, quanto dos depósitos judiciais foram as seguintes: • Curto prazo: foram considerados processos em fase de liquidação, execução ou execução provisória; • Longo prazo: foram considerados processos em fase recursal, que aguardam julgamento na 2ª instância ou em Tribunais Superiores. (c) **Fiscais:** a Companhia é parte em ação judicial de natureza fiscal movida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil através de auto de infração, que constituiu um crédito tributário de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS referente ao exercício de 2009, no montante de R\$ 8.355 (R\$ 8.355 em 2020), já considerando a multa de ofício de 75%. A Administração não constituiu provisão para perda desta ação judicial tendo em vista a classificação de risco definido pelos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda desse processo como possível, bem como o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças assinado em 13 de março de 2012, que prevê que os processos judiciais que tenham como base fatos ocorridos com data anterior a 13 de março de 2012 são de responsabilidade do Banco Original S.A. Para fazer frente à possibilidade de perda da ação judicial, o Banco Original S.A. efetuou depósito judicial em garantia do processo (Nota Explicativa nº 18).

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social e composição acionária: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 26.097, e está representado por 2.246.119 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	2021 e 2020	
	Quantidade de ações	Participação
AMCM Participações Ltda.	792.215	35,2704%
RSR Participações Societárias Ltda.	333.091	14,8296%
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1.120.813	49,9000%
Total	2.246.119	100%

12.2. Reservas: (a) **Reserva legal:** Do resultado do exercício de 2021, foi constituída a reserva legal no montante de R\$ 1.504. (R\$ 1.634 em 2020). (b) **Reserva para investimentos:** Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 03 de março de 2020, foi destinado para reservas de lucros para investimentos o montante de R\$ 4.134 referente ao saldo remanescente do exercício de 2019. Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 10 de março de 2021, foi destinado para reservas de lucros para investimentos o montante de R\$ 6.210 referente ao saldo remanescente do exercício de 2020. Em 12 de novembro de 2021, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos à conta das reservas de lucros para investimentos no montante de R\$ 10.000. (c) **Destinação do resultado e lucros acumulados:** Do resultado do exercício de 2020, não foram provisionados dividendos a pagar, pois o valor distribuído a título de dividendos intermediários em 07 de agosto de 2020 no montante de R\$ 12.748, conforme decisão da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 06 de agosto de 2020, foi superior ao percentual de 25% relativos aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social. Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 10 de março de 2021, foi destinado para reservas de lucros para investimentos o montante de R\$ 6.210 e para distribuição de dividendos o montante de R\$ 12.085, referente ao saldo remanescente do resultado apurado no exercício de 2020. Do resultado do exercício de 2021, não foram provisionados dividendos a pagar, pois o valor distribuído a título de dividendos intermediários em 19 de agosto de 2021 no montante de R\$ 16.252, conforme decisão da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de agosto de 2021, foi superior ao percentual de 25% relativos aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social. O resultado remanescente do exercício de 2021 no valor de R\$ 12.336 permanece disponível para deliberação da Assembleia Geral Extraordinária.

15. Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia mantém seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação, cobrança e gestão de carteira de empréstimos consignados, o que, em 31 de dezembro de 2021, corresponde a 99,7% das receitas da Companhia (98,7% da receita consolidada). Atualmente, esses serviços são prestados exclusivamente ao parceiro comercial e acionista Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). Os principais saldos de ativos e passivos, bem como valores registrados no resultado do exercício originados nas operações com partes relacionadas, decorrem dessas operações que são realizadas conforme condições contratuais definidas entre as partes. Essas condições, em determinadas operações, podem não ser comparáveis caso realizadas com terceiros. Os saldos e os resultados decorrentes de transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, e estão resumidas a seguir:

15.1. Saldos e transações com empresas ligadas

Controladora	Ativos e Passivos					Resultado				
	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Comissões e serviços a receber	Dividendos a receber (pagar)	Outras contas a receber (pagar)	Receitas/despesas financeiras	Receitas de prestação de serviços	Prejuízo c/indeniz. contratuais	Despesa de Aluguéis	Benefícios de curto prazo
2021										
Pessoas jurídicas										
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	811	21.008	119	-	(12.125)	1.517	154.837	(6.586)	(133)	-
Bem Corretora de Seguros S.A.	-	-	-	219	14	-	-	-	-	-
Pessoas físicas										
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.861)
Total	811	21.008	119	219	(12.111)	1.517	154.837	(6.586)	(133)	(5.861)
2020										
Pessoas jurídicas										
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	622	42.255	52	-	(9.833)	843	149.901	(17.867)	(263)	-
Bem Corretora de Seguros S.A.	-	-	-	213	13	-	-	-	-	-
Pessoas físicas										
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.550)
Total	622	42.255	52	213	(9.820)	843	149.901	(17.867)	(263)	(4.550)
Consolidado										
2021										
Pessoas jurídicas										
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	897	22.787	42	-	(12.125)	1.584	154.837	(6.586)	(133)	-
Pessoas físicas										
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.892)
Total	897	22.787	42	-	(12.125)	1.584	154.837	(6.586)	(133)	(5.892)
2020										
Pessoas jurídicas										
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	673	43.157	52	-	(9.833)	877	149.901	(17.867)	(263)	-
Pessoas físicas										
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.573)
Total	673	43.157	52	-	(9.833)	877	149.901	(17.867)	(263)	(4.573)

15.2. Provisão para indenizações contratuais: O contrato particular de Prestação de Serviços de Correspondente - Master firmado com o Banrisul, prevê a responsabilidade da Companhia indenizar o Banrisul pelo não recebimento de operações de crédito, originadas com base em documentação falsificada e/ou apresentem irregularidades na averbação dos contratos. A provisão constituída para este fim, em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 10.014 (R\$ 4.811 em 2020).

Provisão para indenizações contratuais	Saldo no início do período	(+) Adições/Reversões	(-) Pagamentos	Saldo no final do período
Ano 2021	4.811	19.155	(13.952)	10.014
Ano 2020	14.814	2.552	(12.555)	4.811

Em 26 de junho de 2020 a Companhia firmou juntamente ao Banrisul o Instrumento Particular de Acordo e Fluxo Operacional, com o objetivo de regularizar o saldo acumulado até 31 de dezembro de 2019 das indenizações contratuais que se mantinham em discussão sobre a responsabilidade das partes. O acordo firmado refletiu na reversão da provisão para indenizações contratuais, constituindo um passivo com partes relacionadas, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.022 (R\$ 3.000 em 2020).

15.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Anualmente, em Assembleia Geral, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores conforme determina o Estatuto Social da Companhia. Em 2021 e 2020, foram pagos os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
--	--------------	--	-------------	--



BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A. - CNPJ 10.397.031/0001-81 – NIRE 43300054985

Rua Siqueira Campos, 1163 - 5º e 8º andar - Porto Alegre/RS

»»» Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

16.3. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Ao final do período de relatório, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros como reportado à Companhia era:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.391	887	1.477	938
Aplicações financeiras	31.076	44.584	32.856	45.482
Total de ativos financeiros	32.467	45.471	34.333	46.420

16.4. Análise de sensibilidade dos instrumentos de taxa variável: Uma alteração de 25 pontos base na taxa de juros CDI, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o lucro do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes:

	Lucro do exercício		Patrimônio líquido	
	25 pb aumento	25 pb diminuição	25 pb aumento	25 pb diminuição
Aplicações financeiras	360	(360)	360	(360)
Resultado líquido	360	(360)	360	(360)

Valor justo:
O valor justo dos ativos e passivos financeiros é considerado equivalente ao valor contábil.

17. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Com o suporte de consultoria externa especializada, em 2020 e 2021 a Companhia realizou o mapeamento dos riscos operacionais atribuídos aos seus principais processos. Neste mapeamento, foram identificados pontos de controle já existentes e outros pontos de controle a serem implementados, que colaboram com a mitigação dos riscos relacionados a cada processo. Para acompanhar a implementação e a manutenção destes pontos de controle, a Companhia estruturou uma área de controles internos e um comitê de gestão de riscos que se reúne periodicamente, reportando semestralmente os resultados deste trabalho aos Conselho Fiscal e de Administração.

18. Procedimento Arbitral Banco Original S.A.

Em 05 de agosto de 2019 foi proferida sentença do procedimento arbitral movido em maio de 2017 pela Companhia, tendo como contraparte o Banco Original S.A., com fundamento no Contrato de Compra e Venda das Ações da Companhia firmado em 13 de março de 2012. O procedimento arbitral tinha por objetivo, entre outros que foram julgados improcedentes pela Câmara Arbitral, a interpretação da cláusula de responsabilidade do Banco Original S.A. frente aos prejuízos oriundos de ações trabalhistas, cuja origem das ações tenham como fundamento fatos ocorridos em data anterior a 13 de março de 2012, data da compra e venda das ações da Companhia para os atuais Acionistas (Nota Explicativa nº 11 b), e medidas acautelatórias em decorrência de cobrança pela Secretaria da Receita Federal de créditos tributários relativos ao período anterior a celebração do contrato de compra e venda (Nota Explicativa nº 11 c). Referente as medidas acautelatórias relativas ao crédito tributário, a Companhia obteve sentença procedente no procedimento arbitral, entretanto, esta decisão não impactará na posição patrimonial e no resultado da Companhia, visto que devido a classificação de risco do processo definida pelos assessores jurídicos do Banco Original S.A. que está conduzindo a defesa do processo, bem como a realização do depósito judicial pelo Banco Original S.A. para fazer frente aos possíveis prejuízos desta ação, a Companhia não possui provisão constituída para esse assunto. Referente a responsabilidade do Banco Original S.A. frente aos processos trabalhistas, a Companhia obteve sentença procedente no procedimento arbitral que declarou a responsabilidade do Banco Original S.A. pelas indenizações imputadas a Companhia decorrentes de processos judiciais perante a Justiça do Trabalho que reconheçam, ou venham a reconhecer, o reequilíbrio como bancário ou financeiro em favor de colaboradores que tenham sido contratados antes de 13 de março de 2012 e dispensados após esta data até o limite de 13 de março de 2018. Referente às contingências trabalhistas, o total do Passivo da Companhia é de R\$ 15.673 (R\$ 20.230 em 2020) relativos às ações com classificação de risco "Provável" (Nota Explicativa nº 11 b). Deste montante, R\$ 10.249 (R\$ 12.394 em 2020) referem-se à valores cuja responsabilidade pela indenização foi imputada ao Banco Original S.A. através do procedimento arbitral, e para os quais o Banco Original S.A. apresentou Carta Fiança em garantia de ressarcimento à Companhia em caso de perda perante a Justiça do Trabalho. Cabe salientar, que segundo o Processo Arbitral o Banco Original deve ressarcir à Companhia os valores dos processos já translatados em julgado, cujo montante em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 934 (R\$ 492 em 2020).

Conselho de Administração				Diretoria		Contador		
Nelson Marchesan Junior Presidente	Ricardo Russowsky Conselheiro	Daniel Matone Conselheiro	Cláudio Matone Conselheiro	Artur José de Lemos Junior Conselheiro	Gustavo Fiuza Lima de Souza Diretor Presidente	Bruno Fronza Diretor Administrativo e Financeiro	Ricardo Padoin Nenê Diretor de Tecnologia	Ronaldo Maciel de Ávila Junior Contador - CRC/RS 074.550/O-2

Parer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II, III e VII do artigo 163, da Lei nº 6.404/76, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Com base em nossos exames, no Relatório dos Auditores Independentes e nos esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações financeiras estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas e recomendamos sua aprovação.

Mauro Renato Flores Presidente	Luiz Alcides Capoani Conselheiro	Luiz Carlos Caio Tomazeli Conselheiro
--	--	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Bem Promotora"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Bem Promotora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase: *Transações com partes relacionadas:* Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, que descreve as características, volumes e condições em que as operações foram firmadas entre a Bem Promotora e suas partes relacionadas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos: *Valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020:* Os valores correspondentes relativos as demonstrações financeiras individual e consolidada de 31 de dezembro de 2020, preparado originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos mencionados na nota 2.7, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 03 de março de 2021, sem modificação. Como parte da nossa auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os ajustes descritos na nota 2.7 não foram auditorados por nós, nem por outros auditores independentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Bem Promotora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente-

mente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Bem Promotora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Bem Promotora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Bem Promotora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Bem Promotora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Bem Promotora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2022

Deloitte DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

João Paulo Stellfeld Passos
Contador
CRC nº 1 PR 053072/O-7

TRAMONTINA SUL S. A.

**CNPJ nº 93.514.180/0001-00 – NIRE: 43300042561 – Carlos Barbosa – RS.
AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita na Rua Garibaldi, nº 308, Centro, Carlos Barbosa, RS, CEP 95180-000, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Carlos Barbosa, RS, em 21 de fevereiro de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

TRAMONTINA MADEIRAS S. A.

**CNPJ. 93682854/0001-86 – NIRE: 43300042588 – Encruzilhada do Sul – RS.
AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita na Rodovia RST 471, Km 233, Polo Madeireiro, Encruzilhada do Sul, CEP 96610-000, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Encruzilhada do Sul, RS, em 21 de fevereiro de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

TRAMONTINA MULTI S. A.

**CNPJ nº 88.037.668/0001-54 – NIRE: 43300025381 – Carlos Barbosa – RS.
AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita na Rodovia BR 470/RS, Km 230, Triângulo, Carlos Barbosa, RS, CEP 95180-000, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Carlos Barbosa, RS, em 21 de fevereiro de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

**TRAMONTINA GARIBALDI S.A.,
Indústria Metalúrgica**

**CNPJ. Nº 90.049.792/0001-81 – NIRE: 43300011658 – Garibaldi – RS.
AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita na Rua Tramontina, nº 600, Três Lagoas, Garibaldi, RS, CEP 95720-000, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Garibaldi, RS, em 21 de fevereiro de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

TRAMONTINA INTERNACIONAL S. A.

**CNPJ nº 04.693.723/0001-74 – NIRE: 43300043231 – Carlos Barbosa – RS.
AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita na Av. 25 de Setembro, nº 1.024, Triângulo, Carlos Barbosa, RS, CEP 95180-000, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Carlos Barbosa, RS, em 21 de fevereiro de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

**TRAMONTINA FARROUPILHA S. A.,
Indústria Metalúrgica**

**CNPJ. Nº 87.834.883/0001-13 – NIRE: 43300011607 – Farroupilha – RS.
AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita na Rodovia ERS 122, Km 61, Distrito Industrial, Farroupilha, RS, CEP 95178-000, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Farroupilha, RS, em 21 de fevereiro de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

TRAMONTINA ELETRIK S. A.

**CNPJ nº 88.674.080/0001-01 – NIRE: 43300025225 – Carlos Barbosa – RS.
AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita na Rodovia BR 470/RS, Km 230, Triângulo, Carlos Barbosa, RS, CEP 95180-000, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Carlos Barbosa, RS, em 21 de fevereiro de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

TRAMONTINA TEEC S. A.

**CNPJ nº 01.554.846/0001-36 – NIRE: 43300040747 – Carlos Barbosa – RS.
AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita na Rodovia BR 470/RS, Km 230, Triângulo, Carlos Barbosa, RS, CEP 95180-000, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Carlos Barbosa, RS, em 21 de fevereiro de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

TRAMONTINA S. A., CUTELARIA

**CNPJ nº 90.050.238/0001-14 – NIRE: 43300005071 – Carlos Barbosa – RS.
AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita na Av. Ivo Tramontina, nº 1.024 Carlos Barbosa, RS, CEP 95180-000, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Carlos Barbosa, RS, em 21 de fevereiro de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Companhia), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

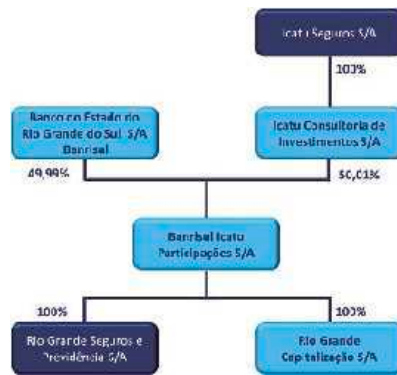
A Companhia é uma controlada integral da Bannrisul Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Consultoria de Investimento S.A., com 50,01%, e, também, tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Bannrisul), com 49,99%, como a seguir:

A Companhia, tem como objeto, a negociação única e exclusiva de seguros de vida e previdência, através do canal bancário de vendas do Bannrisul.

Nessas Demonstrações, a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas.

2. Pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve seu ápice no primeiro semestre de 2021, com o seguinte panorama retratado pelas secretarias estaduais de saúde:



Como pode ser observado nos gráficos anteriores, o primeiro semestre do ano concentrou um grande volume de óbitos, impactando de forma relevante a sinistralidade – e, consequentemente, o resultado – das seguradoras de Vida. Ao longo do último trimestre do ano, com o avanço da vacinação, a quantidade de novos casos diminuiu, trazendo redução na sinistralidade. Dados da SUSEP indicam que a sinistralidade no mercado de vida em grupo e vida individual saltou de 49,8%, em 2020, para 70,9% em 2021. A seguir, a demonstração de resultados da Companhia em 2021, com e sem os impactos da COVID, onde tais impactos são entendidos como os sinistros pagos por mortes confirmadas exclusivamente da COVID, segundo a documentação de aviso de sinistro apresentada.

	Sem efeito COVID		
	2021	Efeitos da COVID	2021
Prêmios ganhos	652.703		652.703
Sinistros ocorridos	(170.599)	47.117	(123.482)
Custo de aquisição	(230.166)		(230.166)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(24.487)		(24.487)
Resultado com operações de seguros	227.451		274.568
Resultado com operações de resseguros	3.851	(4.107)	(256)
Resultado com operações de previdência	8.705		8.705
Despesas administrativas	(126.509)		(126.509)
Resultado financeiro	17.832		17.832
Despesas com tributos	(21.410)	(1.790)	(23.200)
Resultado operacional	109.920		151.140
Imposto de renda e contribuição social	(46.747)	(18.667)	(65.414)
Lucro líquido do exercício	63.173	22.553	85.726

3. Desempenho nas Operações de Seguros e Previdência complementar aberta

3.1. Operação e Patrimônio

Durante o ano de 2021, os prêmios ganhos foram de R\$ 652.703 (R\$ 636.622, no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 2,5%.

Os sinistros ocorridos foram de R\$170.599 (R\$ 102.354, no mesmo período do ano anterior) e se desconsiderarmos os efeitos da pandemia de COVID, foram de R\$ 123.482 (R\$ 94.065 no mesmo período do ano anterior).

Os custos de aquisição foram de R\$ 230.166 (R\$ 239.110, no mesmo período do ano anterior), que representa um decréscimo de 3,7%. O índice de comissionamento ficou em 35,3% em 2021, contra 37,6% no ano anterior, sem alteração expressiva, dado que a Companhia vem mantendo os custos de suas operações e o comissionamento não foi afetado pela pandemia.

Como explicado anteriormente, a pandemia da COVID foi a principal responsável pelo aumento da sinistralidade em 2021 e 2020, mas por outro lado, também pode ter influenciado no aumento nos prêmios de seguros, em função de uma maior procura por seguros de vida. A captação líquida (entradas – saídas) na linha de previdência no exercício de 2021 foi de R\$ 718.287 (R\$ 343.291 no mesmo período do ano anterior).

A soma dos resultados das operações de seguros e previdência complementar, em 31 de dezembro de 2021, alcançou R\$ 236.156 (R\$ 275.265 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 2.813.667 (R\$1.968.241 em 31 de dezembro de 2020), representando um aumento de 42,9%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2021, atingiu o montante de R\$ 158.489 (R\$ 198.057 em 31 de dezembro de 2020).

3.2. Despesas Administrativas, Resultado Financeiro e Solvência

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas administrativas foram de R\$ 126.509 (R\$ 120.680, em 31 de dezembro de 2020), sendo 7,4% da receita bruta (10,2% em 31 de dezembro de 2020), melhorando em relação ao mesmo período de 2020. Este índice reflete a qualidade do controle sobre as despesas administrativas, revelando ganho em produtividade e o constante monitoramento de suas despesas, não obstante o investimento da Companhia em aprimorar seus processos.

Em 31 de dezembro de 2021, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 17.832 (R\$ 8.711 em 31 de dezembro de 2020), representando um aumento de 104,7%. A variação se deu em função, principalmente, do aumento da taxa básica de juros – Selic – e dos índices de inflação – IPCA e IGPM – que afetaram positivamente as aplicações financeiras da companhia.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 121.203, em 31 de dezembro de 2021 (R\$132.994 em 31 de dezembro de 2020) e 147% de suficiência de capital (163% em 31 de dezembro de 2020).

4. ASG – Ambiental, Social e Governança

No exercício de 2021, em sua contribuição à sociedade, a Companhia retornou R\$ 78.000 (R\$ 86.864 no exercício de 2020) em pagamentos de dividendos, R\$ 119.405 (R\$ 115.837, no exercício de 2020) pagos a serviços de parceiros terceirizados, R\$ 21.410 (R\$ 27.528 em 2020) em tributos indiretos e R\$ 46.747 (R\$ 54.000, no exercício de 2020) em tributos diretos.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

5. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras (individuais e consolidadas).

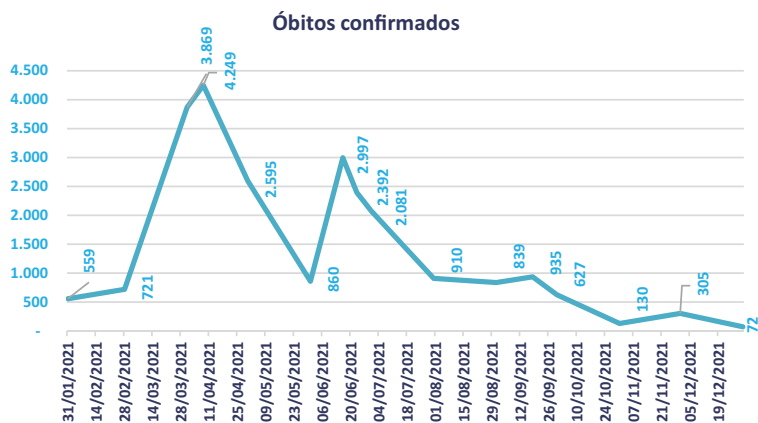
6. Agradecimento

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

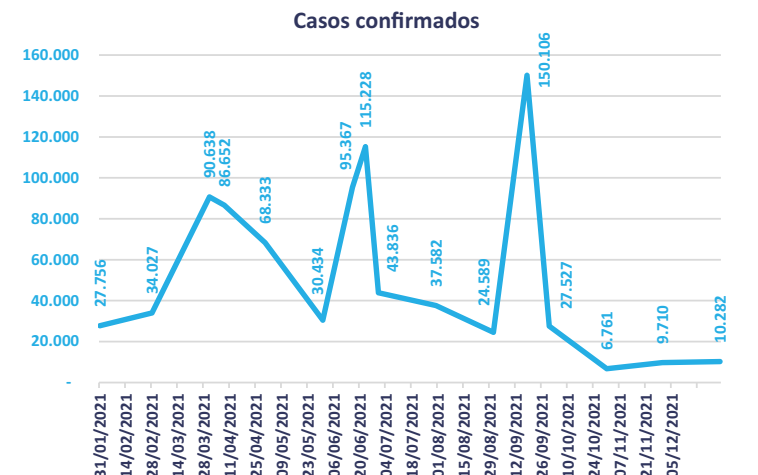
Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2022.

A Administração.

Fonte: <https://covid.saude.gov.br/> - Ministério da Saúde – Governo Federal – 29/01/2022, 16:27h.



Fonte: <https://covid.saude.gov.br/> - Ministério da Saúde – Governo Federal – 29/01/2022, 16:27h.



Fonte: <https://covid.saude.gov.br/> - Ministério da Saúde – Governo Federal – 29/01/2022, 16:27h.

	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			PASSIVO		
ATIVO CIRCULANTE	2.681.436	1.891.253	CIRCULANTE	794.147	597.542
Disponível	30.694	27.318	Contas a pagar	68.501	45.876
Caixa e bancos	4.043	2.975	Obrigações a pagar	61.275	36.869
Equivalente de caixa	26.651	24.343	Impostos e encargos sociais a recolher	1.974	2.547
Aplicações	2.500.620	1.731.137	Impostos e contribuições	5.252	6.455
Créditos das operações com seguros e resseguros	45.796	47.190	Outras contas a pagar	-	5
Prêmios a receber	26.862	37.218	Débitos de operações com seguros e resseguros	40.553	39.164
Operações com seguradoras	9.487	6.702	Prêmios a restituir	-	871
Operações com resseguradoras	9.447	3.270	Operações com seguradoras	4.338	2.355
Créditos das operações com previdência complementar	70	50	Operações com resseguradoras	6.301	3.287
Outros créditos operacionais	60.775	44.091	Corretores de seguros e resseguros	29.914	32.651
Ativos de resseguro	9.389	6.811	Outros débitos	682	-
Títulos e créditos a receber	2.382	1.329	Passivo de arrendamento	682	-
Títulos e créditos a receber	1.393	1.130	Débitos de operações com previdência complementar	155	97
Créditos tributários e previdenciários	989	199	Depósitos de terceiros	1.435	733
Custos de aquisição diferidos	31.710	33.327	Provisões técnicas - seguros	640.701	469.528
Seguros	31.676	33.305	Provisões técnicas - previdência complementar	42.096	42.144
Previdência	34	22	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.861.055	1.172.642
ATIVO NÃO CIRCULANTE	132.231	76.988	Contas a pagar	8.762	7.487
Realizável a longo prazo	131.997	76.818	Outras contas a pagar - obrigações fiscais	8.762	7.487
Aplicações	76.842	27.939	Provisões técnicas - seguros	1.712.912	1.045.575
Ativos de resseguro	3.347	2.675	Provisões técnicas - previdência complementar	138.989	119.258
Títulos e créditos a receber	19.845	11.894	Outros débitos - provisões judiciais	392	322
Créditos tributários e previdenciários	8.938	1.663	Provisões judiciais	392	322
Depósitos judiciais e fiscais	10.907	10.231	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	158.489	198.057
Outros bens e valores	448	-	Capital social	72.188	72.188
Ativos de direito de uso	448	-	Reservas de lucros	88.599	123.860
Custos de aquisição diferidos	31.515	34.310	Ajustes de avaliação patrimonial	(2.298)	2.009
Seguros	31.439	34.234	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.813.667	1.968.241
Previdência	76	76			
Imobilizado	231	170			
Intangível	3	-			
TOTAL DO ATIVO	2.813.667	1.968.241			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios emitidos	694.827	636.346
Contribuições para cobertura de riscos	1.336	1.131
Variação das provisões técnicas	(43.460)	(855)
Prêmios ganhos	Nota 26.1	652.703
Sinistros ocorridos	Nota 26.2	(170.599)
Custos de aquisição	Nota 26.3	(230.166)
Outras receitas (despesas) operacionais	Nota 26.4	(24.487)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	227.451	270.480
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESEGUROS	Nota 26.5	3.851
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	1.009.902	540.702
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(719.741)	(364.439)
Receita de contribuições e prêmios de VGBL	Nota 26.6	290.161
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	12.717	9.141
Variação de outras provisões técnicas	Nota 26.7	(289.507)
Custo de aquisição	(4.883)	(3.001)
Outras receitas (despesas) operacionais	217	(125)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA	8.705	4.785
Despesas administrativas	Nota 26.8	(126.509)
Despesas com tributos	Nota 26.9	(21.410)
Resultado financeiro	Nota 26.10	17.832
RESULTADO OPERACIONAL	109.920	136.299
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	-	7
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	109.920	136.306
Imposto de renda	Nota 27	(26.803)
Contribuição social	Nota 27	(19.944)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	63.173	82.306
Quantidade de ações	2.091	2.091
Lucro líquido do exercício por ação	30,2	39,4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.
 CNPJ: 01.582.075/0001-90
 Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E DE 2020
 (Em milhares de reais)

	RESERVAS DE LUCROS						Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Adicional	Dividendo Proposto	Ajuste de Avaliação Patrimonial		
Saldos em 01 de janeiro de 2020	72.188	14.438	99.269	-	-	3.313	-	189.208
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	(1.304)	-	(1.304)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	82.306	82.306
Destinação do Lucro Líquido:								
Reserva Estatutária	-	-	71.153	-	-	-	(71.153)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(11.153)	(11.153)
Dividendo Adicional Proposto - AGE 25/03/2020	-	-	(31.000)	-	-	-	-	(31.000)
Dividendos declarados e pagos - AGE de 30/09/2020	-	-	(30.000)	-	-	-	-	(30.000)
Saldos ajustados em 31 de dezembro de 2020	72.188	14.438	109.422	-	-	2.009	-	198.057
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	-	-	-	-	-	(4.307)	-	(4.307)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	63.173	63.173
Destinação do Lucro Líquido:								
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(31.586)	(31.586)
Dividendos Adicional Proposto	-	-	-	16.400	-	-	(16.400)	-
Constituição Reserva Estatutária	-	-	15.187	-	-	-	(15.187)	-
Dividendos declarados e pagos - AGE 25/02/2021	-	-	(28.848)	-	-	-	-	(28.848)
Dividendos declarados e pagos - AGE 29/03/2021	-	-	(18.000)	-	-	-	-	(18.000)
Dividendos declarados e pagos - AGE 26/08/2021	-	-	(20.000)	-	-	-	-	(20.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	72.188	14.438	57.761	16.400	-	(2.298)	-	158.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. Essas demonstrações financeiras (Demonstrações) são individuais e, a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, o qual a Companhia faz parte. Nesse grupo, as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") e a controladora Icatu Consultoria de Investimento S.A.

1.1. Arrendamentos Mercantis – Mudança de Prática

O Pronunciamento estabelece o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e tem sua efetividade a partir de 1º de janeiro de 2021. A Companhia analisou todos os contratos de arrendamento e foram identificados 2 contratos de arrendamentos e leasing, que estão enquadrados na categoria: Imóveis. Na avaliação efetuada temos o montante estimado de aproximadamente R\$ 896 mil nos ativos da companhia. Em linha com o permitido pela norma, foram desconsiderados do escopo da análise: (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e (ii) contratos com valores inferiores a USD 5 mil (R\$ 20 mil).

A Companhia adotou o IFRS 16 (CPC 06 R2) em 1º de janeiro de 2021 como referenciado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP em 22/09/2020. Na transição a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige comparabilidade na apresentação das informações de períodos anteriores.

	Valores antes da adoção do CPC 06 (R2) no balanço patrimonial:	Valores Após a adoção do CPC 06 (R2) em 31/12/2020	Valores Após a adoção do CPC 06 (R2) em 01/01/2021
Ativo			
Circulante	1.891.253	1.891.253	1.891.253
Não Circulante	76.988	76.988	76.988
Direito de uso – CPC 06 (R2)	-	896	896
	1.968.241	896	1.969.137
Passivo			
Circulante	(597.542)	(597.542)	(597.542)
Arrendamento Mercantil a Pagar - CPC 06 (R2)		(443)	(443)
Não Circulante	(1.172.642)	(1.172.642)	(1.172.642)
Arrendamento Mercantil a Pagar - CPC 06 (R2)		(453)	(453)
Patrimônio Líquido	(198.057)	(198.057)	(198.057)
	(1.968.241)	(896)	(1.969.137)

1.2. Impactos da pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021, com o pico de óbitos diários confirmados, em 08 de abril de 2021, atingindo 4.249 mortes. No segundo semestre, apesar do número de casos de contágios confirmados ter aumentado, com o pico em 18 de setembro de 2021 de 150.106 casos confirmados, o número de óbitos confirmados reduziu consideravelmente. Os casos de óbitos decorrentes de COVID impactaram, de forma relevante, a sinistralidade das empresas de seguros de pessoas. A Companhia também teve sua sinistralidade impactada, afetando o seu resultado no ano de 2021. Dados da SUSEP indicam que a sinistralidade do mercado de vida em grupo e vida individual saltou de 49,8%, em 2020, para 73,2% em 2021. Por outro lado, a pandemia também gerou uma procura maior por seguro de vida, influenciando o crescimento dos prêmios.

Em 2021, a Companhia apresentou um crescimento em seus prêmios ganhos de 2,5%, com R\$ 652.703 contra R\$ 636.622, no ano anterior. Seu comissionamento de 35,3% foi reduzido, pois em 31 de dezembro de 2020 era de 37,6%. Os valores foram de R\$230.166 em 2021 e R\$239.110 em 2020. A sinistralidade, que em 2020 era de 16,1%, aumentou para 26,1%, saindo de uma despesa de R\$102.354 em 2020, para uma despesa de R\$170.599 em 2021. Na rubrica de Sinistros Ocorridos, o impacto confirmado da pandemia de COVID foi de R\$47.117. Desconsiderando esse impacto, a sinistralidade da Companhia teria sido de 18,9%, portanto, próxima ao ocorrido em 2020. As demais rubricas, não tiveram impactos relevantes.

As autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios frente ao agravamento da pandemia, que vêm sendo relaxadas no Brasil, dada a queda observada nos óbitos ao longo do último trimestre de 2021.

No resultado financeiro, a volatilidade dos instrumentos financeiros no ano de 2021, refletindo as incertezas sobre o futuro da recuperação da economia e o risco fiscal embutido, impactou na marcação de mercado dos ativos classificados como "Valor Justo por Meio do Resultado", bem como na variação no patrimônio líquido daqueles ativos marcados como "Disponíveis para Venda". A taxa básica de juros aumentou sete vezes consecutivas até o final de dezembro, encerrando em 9,25% ao ano. O ano começou com a taxa a 2,00% ao ano e em março o Comitê de Política Monetária "COPOM" iniciou o aumento da taxa que afeta positivamente os instrumentos financeiros indexados ao CDI e SELIC da Companhia. Em contrapartida, os instrumentos financeiros com taxas de juros pré-fixadas e os passivos sensíveis a variações nas taxas de juros foram impactados negativamente pela abertura das curvas de juros. Ainda, tanto os instrumentos financeiros quanto os passivos indexados à inflação foram afetados pela elevação do IPCA e, principalmente, do IGP-M observados ao longo deste ano. Cabe destacar que a estratégia de investimentos em instrumentos financeiros indexados à inflação impactou de forma positiva e relevante o resultado do ano de 2021.

A Companhia vem monitorando atentamente o comportamento da pandemia nos cenários nacional e internacional, na certeza de que seu modelo de negócios e a solidez de seus processos reforçam o adequado monitoramento e aderência necessária às adaptações que o momento incomum requer.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias reguladas pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº432 de 12 de novembro de 2021 e a circular 648 de 12 de novembro de 2021, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados. As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2022.

2.1. Base de Mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e Equivalente de Caixa (Notas 3.3 e 5).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Notas 3.4.1 e 5).
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (Notas 3.4.2 e 5).
- Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5).
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (Notas 3.12, 17 e 18).

2.2. Moeda Funcional e de Apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir:

- Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos, deduzidos das comissões correspondentes, são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. São apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de Provisão para Prêmio Não Ganho (PPNG) e dos Custos de Aquisição Diferidos. As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (Custos de Aquisição Diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão,
- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres.
- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período.
- Os sinistros, constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regulação dos sinistros.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os Pronunciamentos Técnicos nº 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de Instrumentos Financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando as decisões de compra e venda são baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período.

Com relação aos instrumentos financeiros derivativos, todas as operações são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas decorrentes desses derivativos não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da mencionada Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	63.173	82.306
Ativos financeiros disponíveis para venda	(4.306)	(1.304)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(7.179)	(2.174)
Imposto sobre a perda originada no exercício	2.873	870
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	58.867	81.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	63.173	82.306
Ajustes para:	1.377.648	605.561
Depreciação e amortizações	479	585
Ganhos ou (perdas) com ativos não correntes	(7)	(7)
Variação das provisões técnicas - seguros	1.292.491	505.402
Variação das provisões técnicas - previdência	40.562	43.410
Variação de impostos sobre o lucro	44.123	56.171
Variação nas contas patrimoniais		
Aplicações	(825.565)	(284.239)
Débitos/créditos das operações com seguros e resseguros	2.783	6.709
Débitos/créditos das operações com previdência complementar	39	79
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(3.250)	(2.803)
Créditos tributários e previdenciários	(3.983)	(22)
Ativo fiscal diferido	(4.082)	(1.663)
Depósitos judiciais e fiscais	(676)	39.107
Custos de aquisição diferidos	4.412	22.621
Outros ativos	(17.834)	(20.568)
Outras contas a pagar	7.541	34.473
Depósitos de terceiros	702	(7.140)
Provisões técnicas - seguros	(453.981)	(238.268)
Provisões técnicas - previdência complementar	(20.879)	(17.276)
Outros débitos - provisões judiciais	751	111
Passivo fiscal diferido	-	(1.402)
Outros passivos	-	(62.304)
Caixa gerado pelas operações	126.798	155.282
Imposto sobre o lucro pagos	(45.326)	(66.065)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	81.472	89.217

	31/12/2021	31/12/2020
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(93)	85
Intangível	(4)	(385)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(97)	(300)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio//	(78.000)	(86.864)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(78.000)	(86.864)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.376	2.053
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.318	25.265
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.694	27.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3.4.2. Disponíveis para a venda

Os instrumentos financeiros "disponíveis para a venda" são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do Patrimônio Líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em Resultados Abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido.

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis".

3.4.3. Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", com recebimento fixo ou determinável e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um rating sintético para a seguradora, pelas limitações específicas do negócio da companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como spread de risco:

- Utilizamos como rating, um grau de investimento para a Icatu, para assim, utilizar os spreads disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o Capital Rate do imóvel da matriz como spread.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato.

Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se aplicável. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispêndios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear, obedecendo o período de vida útil dos bens, e atualmente representam as seguintes taxas médias: instalações, móveis, máquinas e utensílios – 10% ao ano; equipamentos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% ao ano. O período e o método de depreciação para os ativos imobilizados são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de depreciação, conforme o caso, e são tratadas como "mudanças de estimativas contábeis". Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos depreciação) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, em "Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes", no resultado do período.



Rio Grande
SEGUROS E PREVIDÊNCIA

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

3.8. Redução ao valor recuperável

3.8.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

A redução ao valor recuperável dos recebíveis (prêmios a receber de segurados) é calculada para os ramos de vida, baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência.

3.8.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

3.9. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis. Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1034, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 20% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

3.9.1. IRPJ e CSLL Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.9.2. PIS e COFINS Diferidos

A Companhia constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL) e Provisão de Sinistro Ocorrido mas não Avisado (IBNR), que são provisões que serão pagas futuramente. Esta constituição foi realizada conforme legislação em vigor.

3.10. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com os conceitos estabelecidos pelo "CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revista a qualquer tempo, mediante qualquer alteração, de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal, cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independentemente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, pois os tributos são devidos, os valores são líquidos e certos e portanto, provável que haja um descaixe para este pagamento. Essa é a melhor estimativa na data-base das Demonstrações, até que uma decisão judicial altere, favoravelmente à Companhia.

As Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica "Outros Débitos - Provisões Judiciais", no passivo não circulante, mas as provisões de natureza cível vinculadas a contratos de seguros, estão contabilizadas na "Provisões Técnicas - Provisão de Sinistros a Liquidar", no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

Na Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial, a Companhia provisiona em 100% os processos considerados prováveis. Quando necessário, o valor da provisão é complementado por meio do IBNER, que se refere ao ajuste nos sinistros incorridos e não avisados (incurred but not enough reported), com base em percentual apurado atuarialmente e calculado em estudo específico, baseado no histórico das ações judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL, mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. O critério de provisionar 100% dos processos que apresentam probabilidade de perda provável encontra-se baseado na experiência de pagamentos das ações judiciais ao longo dos últimos 5 (cinco) anos.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar – Obrigações Fiscais", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas, são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, Tribunal e Região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo.

3.11. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)

O registro contábil dos dividendos nas Demonstrações acontece quando são efetivamente distribuídos ou quando têm sua distribuição aprovada pelos acionistas, em uma assembleia geral, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração aprecia as Demonstrações anuais e apresenta à assembleia geral a proposta de distribuição do resultado do exercício. O registro contábil desses dividendos é refletido no patrimônio líquido da Companhia, sendo àqueles obrigatórios reconhecidos como passivo circulante. Os dividendos obrigatórios podem deixar de ser pagos, se tal determinação for decidida em assembleia geral, obedecendo as exigências legais, em casos específicos.

Os Juros Sobre o Capital Próprio, assemelham-se aos dividendos por serem uma modalidade de remuneração de capital próprio, com benefícios fiscais limitados. O teto do benefício é apurado a partir de cálculos determinados na legislação em vigor, e os pagamentos dentro deste limite podem ser registrados como despesa, no resultado do exercício da Companhia, incidindo sobre o montante pago o imposto de renda retido na fonte com alíquota de 15%. Essa troca de tributação por uma incidência de imposto de renda menor é o benefício fiscal que difere os JSCP dos dividendos e visam incentivar o investimento no mercado de ações.

3.12. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsecamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação. Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados nas notas 3.6 e 20.

3.13. Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CNSP, SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos.

No passivo, foram classificadas as provisões técnicas, brutas de resseguro, e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo ou passivo não circulante.

3.13.1. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC) e de Benefícios Concedidos (PMB)

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável para os produtos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.13.2. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidas e ainda não pagas, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data das Demonstrações e ainda pendentes de regularização.

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados - IBNER), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas e outros, e refletido no saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro. Sendo:

- os ajustes de IBNER administrativa calculado conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados.

- e, os ajustes de IBNER judicial calculado conforme percentual de perda histórica dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado.

Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do resseguro nos sinistros, pecúlios e rendas vencidas e ainda não pagas, atualizados monetariamente.

3.13.3. Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados (IBNR)

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ou eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que:

(I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatístico-atuariais conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência.

(II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão.

(III) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não citados. Ao compararmos os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com aqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais.

(IV) Os sinistros ocorridos e não citados, que nada mais é do que o IBNR dos sinistros judiciais, é apurado pela diferença entre os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com aqueles cálculos somente dos sinistros administrativos. Considerando que a metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I, também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não citados (IBNC), por comparação temos o IBNR Judicial.

3.13.4. Provisão de Prêmios Não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos (PPNG e PPNG – RVNE)

A provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelo método pro rata die, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência do risco para riscos vigentes emitidos. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios.

A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pela combinação de duas metodologias, de acordo com a representatividade do faturamento de cada apólice na carteira. Para as apólices que possuem seu faturamento mensal menor que o valor R\$ 200 mil, o método de Chain-Ladder é utilizado, sendo realizada a projeção com base no valor acumulado que foi emitido nos últimos meses. Para as apólices com faturamento mensal maiores que o citado, utiliza-se a média simples das últimas "n" emissões de cada apólice. Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG-RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses.

3.13.5. Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

3.13.6. Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, as devoluções de contribuições/prêmios a serem regularizados e as portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade/seguradora receptora e as contribuições/prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações.

3.13.7. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros/benefícios. A metodologia utiliza como base os custos baseados em atividades (ABC, Activity Based Costing), identificando as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada, relacionando-os com o valor da despesa acordada contratualmente entre as seguradoras pela prestação de serviços.

3.13.8. Provisão de Excedente Técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice/certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

3.13.9. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), detalhada na NOTA 3.13.

3.14. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros registrados contabilmente é avaliada através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência por ela emitidos. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC, com contrapartida no resultado.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros livre de risco, definida pela SUSEP (Estrutura a Termo da Taxa de Juros - ETTJ).

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSSb-V.2021-m e BR-EMSSb-V.2021-f. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado ao período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes em dezembro/2021. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes, as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade futura foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSMt-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos.

3.14.1. Resultado do cálculo do TAP

O quadro a seguir demonstra o resultado do TAP:

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	31/12/2021	31/12/2020
Estimativa corrente dos fluxos de caixa	10.636	10.003
Provisões técnicas na data base	(10.637)	(9.182)
Resultado do TAP	(1)	821

Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro.

3.15. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revistas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, teste de Adequação de Passivos (TAP) dos passivos de seguros, cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Essas premissas foram revistas desde 2021 considerando qualquer agravamento que a pandemia de COVID pudesse provocar. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.16. Novas Normas Contábeis Ainda Não Adotadas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações e não foram adotados antecipadamente:

3.16.1. CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 01 de janeiro de 2023, conforme amendment do CPC 11 – Contratos de Seguros. A Companhia realizou o teste requerido pelo amendment e adotará de forma retrospectiva em 01 de janeiro de 2023, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável e (III) contabilização de cobertura (hedge accounting).

3.16.2. CPC 50 – Contratos de Seguros

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safas de emissão. Como passo subsequente, deve ser avaliada a existência de contratos onerosos e quando identificados, ser reconhecida sua perda de forma imediata no resultado. Após estes passos, a Companhia optará, de acordo com os requisitos da norma, o modelo de mensuração, sendo eles: (i) modelo geral de mensuração ("BBA – Business Block Approach"); (ii) modelo de taxa variável ("VFA – Variable Fee Approach"); (iii) abordagem de alocação de prêmio ("PAPA – Premium Allocation Approach"). Os modelos "i" e "ii" são mais complexos e consideram os fluxos de caixa contratuais ajustados. Tais modelos são aplicáveis para contratos de mais longo prazo, tais como contratos de vida e previdência. O modelo "iii" é um modelo simplificado, similar aos modelos atuais de contabilização de contratos de seguros, aplicável para contratos não onerosos e de até 12 meses. A norma passa a vigorar em 01 de janeiro de 2023.

O Grupo Icatu iniciou o Programa de Implementação dessa norma com frentes integradas de trabalho envolvendo as áreas de Tecnologia, Dados, Contabilidade e Atuarial. Os possíveis impactos de mensuração de seus contratos, decorrentes desta Implementação serão avaliados e concluídos até a data de entrada em vigor da norma e após ser referendada pela SUSEP.

4. Gestão de riscos

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Circular SUSEP 648, de 12 de novembro de 2021, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição.

Para executar sua função, a Companhia nomeia o gestor de riscos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, bem como pela emissão de relatórios para análise dos comitês de gestão de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor de riscos organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos, que são constituídos em quatro etapas, sendo elas identificação e revisão, mensuração, manutenção e tratamento de riscos. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, Companhia utiliza o sistema de controles internos que é composto pelos processos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los. Para isso tais áreas aplicam e monitoram indicadores financeiros para avaliar a saúde financeira da Companhia e avaliar a eficiência do seu funcionamento.

De forma a considerar a distribuição de funções, as áreas da Companhia onde está compreendida a unidade de negócio, estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas as atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

1. Corpo Administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

2. Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linhas de defesa, conforme melhor explicado abaixo:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.

3. A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas de defesa.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser crítico, severo, moderado e reduzido.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. Ele é apurado através de simulações em um horizonte de um ano para os Capitais Regulatórios (CR) e para o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), utilizando-se cenários base e de stress, com o objetivo de definir o índice de solvência que é capaz de suportar a combinação de cenários de stress.

Todas as Diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do grupo, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos da Companhia. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. A análise da qualidade de crédito é baseada em uma rating em Investimentos de Alto Risco e Investimentos de Baixo Risco, conforme classificação nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: *Standard and Poor's*, *Fitch* e *Moody's*. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco.



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

4.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 264.924, correspondentes a 77,43% (R\$ 253.958 correspondentes a 81,43% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras nestas datas (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 75.117 (R\$ 57.168 em 31 de dezembro de 2020).

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 2.263.307 (R\$ 1.471.558 em 31 de dezembro de 2020).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 765 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 735 em 31 de dezembro de 2020). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos a suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não há exposição a créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.2. Principais riscos associados ao resseguro

Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de contratos de resseguro, o Grupo Icatu adota um procedimento criterioso na escolha dos resseguradores que participam do seu programa de resseguro, conforme procedimentos e requisitos definidos em sua política de resseguro, documento formal, aprovado e publicado pelos comitês da Companhia, onde estão definidas as regras gerais a serem observadas no processo de contratação de operações de resseguro.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a redução ao valor recuperável de contratos de resseguro, onde é levado em consideração o histórico de recuperações dos créditos com os resseguradores, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito.

A Companhia opera contratos de resseguro proporcionais e não proporcionais, automáticos ou facultativos. O principal contrato de resseguro da Companhia é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro em 31 de dezembro de 2021:

Tipo	Ressegurador Rating	31/12/2021		31/12/2020	
		Exposi- ção (R\$)	Exposi- ção (%)	Exposi- ção (R\$)	Exposi- ção (%)
Admitida	A+ pela Standard & Poor's	14	0,06%	-	0,00%
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	2.802	12,63%	1.964	15,40%
Local	AA- pela Standard & Poor's	13.789	62,16%	7.330	57,46%
Local	A- pela A. M. Best Company	5.105	23,01%	3.200	25,09%
Local	B++ pela A. M. Best Company	473	2,13%	262	2,05%
Total		22.183	100,00%	12.756	100,00%

4.1.1.2. Risco de mercado

Os riscos de mercado decorrem da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Companhia.

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk - VaR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados.

Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de stress da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro de 2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com *Lambda* variando conforme fator de risco.

(II) DV01 (dollar-value for one basis-point): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas para a Companhia:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico;

- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

- O fator de decaimento *Lambda* da metodologia EWMA.

Fatores de Risco	31/12/2021		31/12/2020	
	DIV-01	EWMA	DIV-01	EWMA
Pré-fixado - DI	- 0,88	- 2,00	- 0,93	0,04
Taxa Referencial	- 0,90	- -	- 0,93	- -
IGPM	- 0,98	- -	- 0,91	- -
IPCA	(19) 0,99	1,478	104,645	6 0,99
Ações	- 0,96	- -	- 0,96	28
				199

4.1.1.3 Risco de Liquidez

Consiste na possibilidade da Companhia não responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A administração possui visibilidade diária da carteira da Companhia e, sempre que necessário, realiza ajustes nas posições dos investimentos, para adequar a carteira de investimentos com a demanda de liquidez.

Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando a projeção do fluxo de caixa da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em comitê de investimentos.

Em conformidade com exigências regulatórias a Companhia faz um bloqueio em ativos, aceitos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para cobertura das provisões técnicas e de 20% dos ativos livres líquidos do Capital Mínimo Requerido (CMR), mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência mantidos pela Companhia:

Ativos e passivos	31/12/2021			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	4.043	-	-	4.043
Equivalente de Caixa	26.651	-	-	26.651
Aplicações Financeiras	753.805	302.814	1.520.843	2.577.462
Crédito das operações de seguros e previdência	106.641	-	-	106.641
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9.389	1.503	1.844	12.736
Títulos e créditos a receber	12.300	-	-	12.300
Total de ativos	912.829	304.317	1.522.687	2.739.833
Contas a pagar	45.676	-	-	45.676
Provisões Técnicas	682.797	679.765	1.172.136	2.534.698
Débito das operações	41.415	-	-	41.415
Depósitos de terceiros	1.435	-	-	1.435
Total de passivos	771.323	679.765	1.172.136	2.623.224

Ativos e passivos	31/12/2020			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	2.975	-	-	2.975
Equivalente de Caixa	24.343	-	-	24.343
Aplicações Financeiras	740.020	259.144	759.912	1.759.076
Crédito das operações de seguros e previdência	91.331	-	-	91.331
Ativos de resseguro - provisões técnicas	6.811	1.091	1.584	9.486
Títulos e créditos a receber	11.361	-	-	11.361
Total de ativos	876.841	260.235	761.496	1.898.572
Contas a pagar	53.363	-	-	53.363
Provisões Técnicas	511.672	510.357	654.476	1.676.505
Débito das operações	39.261	-	-	39.261
Depósitos de terceiros	733	-	-	733
Total de passivos	605.029	510.357	654.476	1.769.862

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

4.1.1.4. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal e compliance. A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos da Companhia e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas na Companhia e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para mitigar os riscos de compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de compliance, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

Com relação ao impacto da Pandemia COVID-19 a gestão dos riscos operacionais foi efetuada de com eficácia de maneira a mitigar as exposições críticas a níveis reduzidos. Para isso, o Grupo Icatu rapidamente estabeleceu um modelo híbrido de trabalho para os colaboradores, respeitando todos os protocolos de segurança, como distanciamento social, proteção individual, comunicados educativos e assistência médica. Os colaboradores puderam, e ainda podem, acessar todos os recursos necessários para a boa execução de seu trabalho de maneira remota, com utilização de boas práticas de Segurança da Informação como acesso à VPN, duplo fator de autenticação, monitoramento de estações de trabalho, atualizações constantes dos dispositivos, gestão de incidentes, entre outros.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da diversificação da carteira, através da análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando as regras determinadas pela administração da Companhia, formalizadas na política de subscrição de riscos e de resseguro. Tais regras são desenvolvidas e definidas com base nas análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Além da diversificação dos riscos, outras medidas de mitigação são implementadas como por exemplo a contratação de resseguro, reavaliações periódicas de suas metodologias com premissas realistas e atualizadas que garantem a cobertura dos compromissos assumidos.

Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco.

A Companhia subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos.

De forma a cumprir os critérios e diretrizes aprovadas, é feita uma conferência e validação das informações de preço antes da emissão. Vale ressaltar que nesse procedimento está contemplada a aprovação de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, a Companhia cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de resseguro e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, a Companhia possui contratos de resseguro específicos.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por ramo e por região, da Companhia, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL/VGBL bruto de resseguro e líquido de resseguro no período:

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2021			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	61.414	175.925	237.339
Prestamista	-	291.042	291.042
Acidentes Pessoais	18.026	73.268	91.294
Outros	-	33.027	33.027
Total Seguros	79.440	573.262	652.702

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2020			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	61.985	170.395	232.380
Prestamista	25.108	265.798	290.906
Acidentes Pessoais	20.276	64.322	84.598
Outros	-	28.738	28.738
Total Seguros	107.369	529.253	636.622

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2021			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	61.414	174.483	235.897
Prestamista	-	289.650	289.650
Acidentes Pessoais	18.026	72.941	90.967
Outros	-	29.181	29.181
Total Seguros	79.440	566.255	645.695

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2020			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	61.985	169.287	231.272
Prestamista	25.108	265.445	290.553
Acidentes Pessoais	20.276	64.112	84.388
Outros	-	25.163	25.163
Total Seguros	107.369	524.007	631.376

A distribuição de rendas de contribuições e prêmios de VGBL está concentrada na região Sul, totalizando R\$ 290.161 (R\$ 176.263 em 31/12/2020).

4.1.1.6. Gestão de Capital

4.1.1.6.1. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos da Companhia e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7 Riscos Estratégicos

Os Riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

5. Aplicações financeiras

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos e demonstradas nos extratos dos custodiantes, nas datas apontadas.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como Equivalentes de Caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor: R\$ 26.651 (R\$ 24.343 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a composição da carteira de instrumentos financeiros detidos pela Companhia os seguintes montantes de Equivalentes de Caixa: R\$ 26.651 (R\$ 24.343 em 31 de dezembro de 2020)

O valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 108.505 (R\$ 77.545 em 31 de dezembro 2020). Dessa forma, as perdas não realizadas, registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, montam R\$ 3.830, brutos de tributos e R\$2.298, líquidos de tributos (ganho de R\$ 3.349, brutos de tributos e R\$2.009, líquidos de tributos, em 31 de dezembro 2020)

5.1. Saldos de aplicações financeiras

A seguir, a composição dos instrumentos financeiros das indicadas, onde a totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado está no circulante e apenas os ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses das outras duas categorias, estão no circulante. Os equivalentes de Caixa estão em rubrica separada. Os instrumentos financeiros, estão no não circulante:

	31/12/2021				Valor contábil/ Valor de mercado	Percentual contábil das Aplicações/Percentual de mercado das aplicações	
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses			Acima de 60 meses
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:							
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		646			646	0,02%	
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos Bloqueio Judicial		200			200	0,01%	
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos		95.896	629.029	1.341.249	405.767	2.471.941	94,92%
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL)		95.887	511.782	1.249.871	405.767	2.263.307	86,91%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	68.871	91.378	-	160.249	6,15%
Operações Compromissadas	SELIC	-	48.466	-	-	48.466	1,86%
Outros		9	(90)	-	-	(81)	0,00%
Total		96.742	629.029	1.341.249	405.767	2.472.787	94,96%
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – Equivalente de Caixa:							
Operações Compromissadas	SELIC	-	26.651	-	-	26.651	1,02%
Total			26.651			26.651	1,02%
II. Títulos Disponíveis para Venda:							
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos							
Nota do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA + 3,60%	-	28.033	76.642	-	104.675	4,02%
Total			28.033	76.642		104.675	4,02%
Total das Aplicações Financeiras		96.742	683.713	1.417.891	405.767	2.604.113	100,00%
Circulante							



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

31/12/2020							
	Taxas contratadas	Sem vencimentos	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil/Valor de mercado	Percentual contábil das Aplicações/Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:							
Quotas de Fundos de Investimento - Não Excluídos		588	-	-	-	588	0,03%
Quotas de Fundos de Investimento - Não Excluídos Bloqueio Judicial		217	-	-	-	217	0,01%
Quotas de Fundos de Investimento - Excluídos		69.760	616.283	814.483	176.851	1.677.377	94,05%
Quotas de Fundos (PGBL/VGGBL)		69.749	483.999	740.959	176.851	1.471.558	82,51%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	99.540	73.524	-	173.064	9,70%
Operações Compromissadas	SELIC	-	32.825	-	-	32.825	1,84%
Outros		11	(81)	-	-	(70)	0,00%
Total		70.565	616.283	814.483	176.851	1.678.182	94,10%
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado - Equivalente de Caixa:							
Operações Compromissadas	SELIC	-	24.343	-	-	24.343	1,36%
Total		-	24.343	-	-	24.343	1,36%
II. Títulos Disponíveis para Venda:							
Quotas de Fundos de Investimento - Excluídos							
Nota do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA + 5,52%	-	53.172	27.722	-	80.894	4,54%
Total		-	53.172	27.722	-	80.894	4,54%
Total das Aplicações Financeiras Circulante		70.565	693.798	842.205	176.851	1.783.419	100,00%
Não Circulante						1.755.480	
						27.939	

5.2. Movimentação por categorias de aplicações financeiras

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.405.731	85.138	1.490.869
(+) Aplicações	1.055.756	-	1.055.756
(-) Resgates	(785.172)	(9.634)	(794.806)
(+) Rendimentos	26.210	7.564	33.774
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(2.174)	(2.174)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	1.702.525	80.894	1.783.419
(+) Aplicações	1.651.258	75.028	1.726.286
(-) Resgates	(941.509)	(58.039)	(999.548)
(+) Rendimentos	87.164	13.971	101.135
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(7.179)	(7.179)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	2.499.438	104.675	2.604.113

5.3. Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo;
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2021		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	2.058.193	441.245	2.499.438
Ações de Cias Abertas	42	-	42
Letras Financeiras do Tesouro	1.297.068	-	1.297.068
Notas do Tesouro Nacional:	255.179	2.539	257.718
Letras do Tesouro Nacional	151.632	-	151.632
Debêntures de Distribuição Pública	-	243.875	243.875
Operações Compromissadas	354.272	-	354.272
Letras Financeiras	-	90.268	90.268
Certificados de Depósito Bancário	-	7.966	7.966
Fundos de Investimento Não Excluídos	-	646	646
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios	-	96.418	96.418
Notas Promissórias	-	1.935	1.935
Depósito a Prazo com Garantia Especial	-	-	-
Outras Aplicações	-	(2.602)	(2.602)
Quotas de Fundos de Investimento - Não Excluídos Bloqueio Judicial	-	200	200
II. Títulos disponíveis para venda:	104.675	-	104.675
Notas do tesouro nacional	104.675	-	104.675
Total (I + II)	2.162.868	441.245	2.604.113

	31/12/2020		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	1.237.883	464.642	1.702.525
Ações de Cias Abertas	39	-	39
Letras Financeiras do Tesouro	574.188	-	574.188
Notas do Tesouro Nacional:	132.404	-	132.404
Letras do Tesouro Nacional	212.542	25.266	237.808
Debêntures de Distribuição Pública	-	256.166	256.166
Operações Compromissadas	318.710	-	318.710
Letras Financeiras	-	99.978	99.978
Certificados de Depósito Bancário	-	2.671	2.671
Fundos de Investimento Não Excluídos	-	588	588
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	-	70.692	70.692
Notas Promissórias	-	11.395	11.395
Outras Aplicações	-	(2.331)	(2.331)
Quotas de Fundos de Investimento - Não Excluídos Bloqueio Judicial	-	217	217
II. Títulos disponíveis para venda:	80.894	-	80.894
Notas do tesouro nacional	80.894	-	80.894
Total (I + II)	1.318.777	464.642	1.783.419

6. Prêmios a receber

6.1. Composição do saldo de prêmios a receber

A composição do saldo de prêmios a receber por ramo era a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Prestamista	9.643	16.026
Auxílio Funeral	130	-
Acidentes Pessoais Coletivo	5.868	6.324
Vida em Grupo	11.078	13.988
Outros	214	929
Total de Prêmios a Receber Bruto	26.933	37.267
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(71)	(49)
Total de Prêmios a Receber	26.862	37.218

6.2. Movimentação de prêmios a receber

A movimentação dos prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável, era a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	37.267	40.101
(+) Prêmios Emitidos	702.212	645.328
(+) IOF	3.327	2.502
(-) Prêmios Cancelados	(7.385)	(8.982)
(-) Recebimentos	(708.488)	(641.682)
Prêmios a Receber Bruto	26.933	37.267
Saldo inicial	(49)	(89)
(-) Constituição	(674)	(888)
(+) Reversão	653	928
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(71)	(49)
Prêmios a Receber Líquidos	26.862	37.218

6.3. Idade dos Prêmios a Receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2021		
	Prêmios a Receber Bruto	Redução do Valor Recuperável	Prêmios a Receber Líquido
A vencer			
De 1 até 30 dias	26.835	(3)	26.832
Vencidos			
1 até 30 dias	28	(3)	25
31 até 60 dias	9	(3)	6
61 até 120 dias	9	(9)	-
121 até 180 dias	6	(6)	-
181 até 365 dias	15	(15)	-
mais de 365 dias	31	(31)	-
Total	26.933	(71)	26.862

	31/12/2020		
	Prêmios a Receber Bruto	Redução do Valor Recuperável	Prêmios a Receber Líquido
A vencer			
De 1 até 30 dias	37.206	-	37.206
Vencidos			
1 até 30 dias	13	(2)	11
31 até 60 dias	2	(1)	1
61 até 120 dias	2	(2)	-
121 até 180 dias	15	(15)	-
181 até 365 dias	9	(9)	-
mais de 365 dias	20	(20)	-
Total	37.267	(49)	37.218

7. Crédito das operações - operações com seguradoras

As posições referentes as operações em que a Companhia registra prêmios a receber por cossegueros aceitos das outras companhias de seguros, visando o compartilhamento do risco do segurado, estão apresentadas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de cosseguero aceito	9.545	6.760
Redução ao valor recuperável	(58)	(58)
Total	9.487	6.702

8. Operações com resseguradoras

Essa rubrica registra os recebíveis de operações com as resseguradoras, àquelas cujas despesas já foram pagas pela Companhia, principalmente, as referentes aos sinistros sofridos pelos segurados e seus beneficiários, e a Companhia tem o direito de recebimento da parte do risco que cabe à resseguradora, como demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Sinistros Pagos a Recuperar	9.465	3.259
Outros Créditos a Recuperar	11	11
Redução ao valor recuperável	(29)	-
Total	9.447	3.270

9. Outros créditos operacionais

Essa rubrica registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras, no valor de R\$ 60.775 (R\$ 44.091 em 31 de dezembro 2020). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

10. Ativos de resseguro

São as provisões técnicas referentes aos contratos de resseguro feitos pela Companhia para mitigar seus riscos, nas datas indicadas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de Prêmios não Ganhos	2.613	1.637
Sinistros a Liquidar	5.425	4.000
Sinistros Ocorridos não Avisados	1.338	1.174
Provisão Matemática Benefícios Concedidos	13	-
Total Circulante	9.389	6.811
Sinistros a Liquidar	2.168	1.663
Sinistros Ocorridos não Avisados	1.043	1.012
Provisão Matemática Benefícios Concedidos	136	-
Total Não Circulante	3.347	2.675
Total	12.736	9.486

11. Créditos tributários e previdenciários

11.1. Tributos a recuperar

Os tributos a Recuperar, registrados no ativo circulante são compostos por tributos para apurados e lançados, para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Circulante		
Imposto de Renda	164	145
Demais Impostos	825	54
Total de Créditos Fiscais	989	199

11.2. Impostos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários:

	31/12/2020	Consti- tuição	Realização/ Reversão	31/12/2021
Ativo - Não Circulante				
Imposto de Renda Diferido	1.877	4.857	(4.990)	1.743
Diferenças Temporárias	1.877	1.084	(2.174)	786
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	-	3.773	(2.816)	957
Contribuição Social Diferida	1.126	2.872	(2.952)	1.046
Diferenças Temporárias	1.126	649	(1.304)	471
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	-	2.223	(1.648)	575
PIS e COFINS Diferidos	-	6.008	(659)	6.149
PIS e COFINS Diferidos	-	6.008	(659)	6.149
Total de Créditos Fiscais Diferidos	3.003	14.537	(8.601)	8.938
Passivo - Não Circulante				
Imposto de Renda Diferido	837	3.025	(3.862)	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	837	3.025	(3.862)	-
Contribuição Social Diferida	502	1.815	(2.317)	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	502	1.815	(2.317)	-
Total de Débitos Fiscais Diferidos	1.339	4.840	(6.179)	-
Total de Créditos e Débitos Diferidos	1.664	9.697	(8.422)	8.938

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Conforme Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa. De acordo com projeção de resultados, a Companhia tem expectativa da realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias para os próximos dez anos.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Diferenças temporárias - 2022 a 2031		
2022	88	7%
2023	88	7%
2024	101	8%
2025	101	8%
2026	113	9%
2027 a 2031	767	61%
Total geral	1.257	100%

A seguir, a composição das diferenças temporárias:



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

A movimentação das provisões de técnicas e custo de aquisição diferidos de seguros é a seguinte:

	Saldos em 31/12/2020	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2021
Provisões Técnicas – Seguros					
Prêmios não Ganhos	58.586	61.749	(15.758)	–	104.577
Prêmios não Ganhos – RVNE	14.857	6.413	(8.948)	–	12.322
Benefícios a Conceder	1.320.571	1.076.436	(375.990)	72.265	2.093.282
Benefícios Concedidos	1.456	13	(159)	148	1.458
Sinistro a Liquidar	62.252	1.675.545	(1.660.895)	2.580	79.482
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	52.197	320.127	(319.577)	–	52.747
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	3.413	42.133	(37.600)	–	7.946
Excedente Técnico	74	66	(61)	–	79
Provisão de Despesas Relacionadas	1.697	3.361	(3.338)	–	1.720
Total	1.515.103	3.185.843	(2.422.326)	74.993	2.353.613

	Saldos em 01/01/2020	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2020
Provisões Técnicas – Seguros					
Prêmios não Ganhos	54.991	27.207	(23.612)	–	58.586
Prêmios não Ganhos – RVNE	17.635	5.624	(8.402)	–	14.857
Benefícios a Conceder	980.908	571.628	(251.809)	19.844	1.320.571
Benefícios Concedidos	1.460	40	(99)	55	1.456
Sinistro a Liquidar	57.094	1.082.279	(1.078.516)	1.395	62.252
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	131.664	328.553	(408.020)	–	52.197
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	3.102	30.926	(30.615)	–	3.413
Excedente Técnico	36	87	(49)	–	74
Provisão de Despesas Relacionadas	1.079	1.814	(1.196)	–	1.697
Total	1.247.969	2.048.158	(1.802.318)	21.294	1.515.103

	01/01/2020	Constituições	Amortizações	31/12/2020	Constituições	Amortizações	31/12/2021
Custo de Aquisição Diferido	90.164	1.405	(24.030)	67.539	6.823	(11.247)	63.115
Total	90.164	1.405	(24.030)	67.539	6.823	(11.247)	63.115
Circulante	38.061			33.305			31.676
Não Circulante	52.103			34.234			31.439

17.1. Análise de Sensibilidade – Seguros

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado. Com o intuito de realizar um teste de sensibilidade da premissa de sinistralidade, o estresse de 10% mostrou-se suficiente para cobertura das oscilações baseadas na experiência observada. Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

Variável	Premissas	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido				
		31/12/2021		31/12/2020		
		Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	
Sinistralidade	Aumento de 10% de Sinistralidade		10.367	9.802	9.206	8.701
Sinistralidade	Redução de 10% na Sinistralidade		(10.367)	(9.802)	(9.206)	(8.701)

18. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – previdência complementar

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões Técnicas	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios não Ganhos	103	–	103	82	–	82
Benefícios a Conceder	39.106	130.920	170.026	39.257	111.731	150.988
Benefícios Concedidos	1.129	8.049	9.178	936	6.790	7.726
Sinistros a Liquidar Administrativo	609	–	609	943	–	943
Sinistros a Liquidar Judicial	264	–	264	193	–	193
Eventos Ocorridos mas não Avisados	707	–	707	510	–	510
Provisão de Despesas Relacionadas	2	20	22	1	12	13
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	176	–	176	127	–	127
Provisão Complementar de Cobertura	–	–	–	95	725	820
Total	42.096	138.989	181.085	42.144	119.258	161.402

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos de Previdência Complementar estão demonstradas a seguir:

	31/12/2020	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2021
Provisões Técnicas					
Prêmios não Ganhos	82	85	(64)	–	103
Benefícios a Conceder	150.988	40.698	(27.868)	6.208	170.026
Benefícios Concedidos	7.726	1.405	(1.840)	1.887	9.178
Sinistro a Liquidar	1.136	8.208	(8.513)	42	873
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	510	237	(40)	–	707
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	127	2.451	(2.402)	–	176
Provisão de Despesas Relacionadas	13	18	(9)	–	22
Provisão Complementar de Cobertura	820	165	(985)	–	–
Total	161.402	53.267	(41.721)	8.137	181.085

	01/01/2020	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2020
Provisões Técnicas					
Prêmios não Ganhos	74	34	(26)	–	82
Benefícios a Conceder	127.166	48.809	(26.771)	1.784	150.988
Benefícios Concedidos	6.095	620	(456)	1.467	7.726
Sinistro a Liquidar	496	6.342	(5.835)	133	1.136
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	426	125	(41)	–	510
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	254	1.527	(1.654)	–	127
Provisão de Despesas Relacionadas	11	4	(2)	–	13
Provisão Complementar de Cobertura	746	226	(152)	–	820
Total	135.268	57.687	(34.937)	3.384	161.402

	01/01/2020	Constituições	Amortizações	31/12/2020	Constituições	Amortizações	31/12/2021
Custo de Aquisição Diferido	94	29	(25)	98	27	(15)	110
Total	94	29	(25)	98	27	(15)	110
Circulante	12			22			34
Não Circulante	82			76			76

18.1. Análise de Sensibilidade – Previdência

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos estão classificados no passivo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Variável	Coberturas de Acumulação/Sobrevivência	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido		
		31/12/2021	31/12/2020	
	Premissas	Bruto de Resseguro	Bruto de Resseguro	
Taxa de Juros	Redução de 1% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)		711	750
Taxa de Juros	Aumento de 1% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)		–	(659)
Sobrevivência	Agravo de 10% na taxa de sobrevivência		–	362
Sobrevivência	Redução de 10% na taxa de sobrevivência		–	(326)

19. Desenvolvimento de sinistro

O desenvolvimento de sinistros bruto de resseguro está demonstrado a seguir:

	Ano de aviso do sinistro						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
No ano do aviso	8.482	65.143	72.418	76.055	89.873	95.223	169.494
1 ano após o aviso	7.399	52.810	59.397	75.249	94.101	100.180	–
2 anos após o aviso	6.624	47.856	56.728	73.561	98.049	–	–
3 anos após o aviso	6.515	46.930	56.278	74.134	–	–	–
4 anos após o aviso	6.440	46.922	56.846	–	–	–	–
5+ anos após o aviso	6.419	47.362	–	–	–	–	–
6+ anos após o aviso	6.431	–	–	–	–	–	–
Estimativa na data base (2019) (a)	6.431	47.362	56.846	74.134	98.049	100.180	169.494
Pagamentos efetuados (b)	(6.419)	(46.275)	(55.816)	(72.142)	(87.680)	(94.813)	(108.996)
Sinistros pendentes (c) = (a) – (b)	12	1.087	1.030	1.992	10.369	5.367	60.498
Sinistros a Liquidar Total							80.355

O desenvolvimento de sinistros líquido de resseguro está demonstrado a seguir:

	Ano de aviso do sinistro						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
No ano do aviso	8.480	64.989	71.622	74.678	86.986	87.368	159.401
1 ano após o aviso	7.386	52.697	59.016	73.755	90.346	94.791	–
2 anos após o aviso	6.611	47.742	56.339	72.016	92.395	–	–
3 anos após o aviso	6.502	46.817	55.903	72.060	–	–	–
4 anos após o aviso	6.427	46.808	56.350	–	–	–	–
5+ anos após o aviso	6.405	47.182	–	–	–	–	–
6+ anos após o aviso	6.417	–	–	–	–	–	–
Estimativa na data base (2019) (a)	6.417	47.182	56.350	72.060	92.395	94.791	159.401
Pagamentos efetuados (b)	(6.405)	(46.162)	(55.321)	(70.716)	(84.913)	(89.699)	(102.618)
Sinistros pendentes (c) = (a) – (b)	12	1.020	1.029	1.344	7.482	5.092	56.783
Sinistros a Liquidar Total							72.762

20. Outros bens e valores – direito de uso

Outros Bens e Valores são compostos pelos ativos e passivos de arrendamentos, que em sua grande maioria são contratos de direito de uso de softwares, e a movimentação está apresentada a seguir:

	Adições em 01/01/2021	Depreciação/ Movimentação	31/12/2021
ATIVO			
Não Circulante	896	(448)	448
PASSIVO			
Circulante	896	(214)	682
Não Circulante	443	(239)	204
	453	(453)	–

	31/12/2021
Arrendamentos a Pagar	
Arrendamentos a pagar	687
Juros de arrendamento	(5)
Total	682

21. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões Técnicas – Seguros e Previdência:	2.534.698	1.676.505
Ajustes:		
Direito Creditório	(12.633)	–
Custos de Aquisição Diferidos (redutores)(a)	(29.243)	(18.448)
Provisões Técnicas – Resseguros (redutores)(b)	(10.112)	(7.849)
Total a ser Coberto	2.482.710	1.650.208

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Quotas de Fundos de Investimento – Exclusivos	2.576.616	1.758.271
Quotas de Fundos de Investimento – Não Exclusivos	646	588
Total dos Ativos Vinculados	2.577.262	1.758.859
Equivalente de Caixa	26.651	24.343
Ativos Bloqueio Judicial – Não Vinculado a Cobertura de Reserva	200	217
Total de Aplicações (d)	2.604.113	1.783.419
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	121.203	132.994

(a) Custos de Aquisição Diferidos: Circulante R\$ 31.710 (R\$ 33.327 em 31 de dezembro de 2020) e Não Circulante R\$ 31.515 (R\$ 34.310 em 31 de dezembro de 2020), total R\$ 63.226 (R\$ 67.637 em 31 de dezembro de 2020) sendo redutores R\$ 29.243 (R\$ 18.448 em 31 de dezembro de 2020) e não redutores R\$ 33.983 (R\$ 49.189 em 31 de dezembro de 2020);

(b) Ativos de Resseguro – Provisões Técnicas: Circulante R\$ 9.389 (R\$ 6.811 em 31 de dezembro de 2020) e Não Circulante R\$ 3.347 (R\$ 2.645 em 31 de dezembro de 2020), total de R\$ 12.736 (R\$ 9.486 em 31 de dezembro de 2020) sendo redutores R\$ 10.112 (R\$ 7.849 em 31 de dezembro de 2020) e não redutores R\$ 2.624 (R\$ 1.637 em 31 de dezembro de 2020).

22. Provisões judiciais, depósitos judiciais e obrigações fiscais

22.1. Provisão de sinistros a liquidar judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais (Notas 17 e 18).

A intempetividade das ações judiciais no Brasil, nos impossibilita mensurar com razoável certeza os prazos de liquidação das ações judiciais. Seja por conta da insegurança jurídica, seja por conta da modernização que o poder judiciário vem passando, ou outros motivos, qualquer tentativa pode nos levar a um erro material para mais ou menos e por isso não divulgamos o *aging* de nossas ações judiciais.

A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que não estão ligados à contratos existentes:

Abaixo composição da Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial, por probabilidade:

Probabilidade de Perda	Quantidade	31/12/2021		31/12/2020	
------------------------	------------	------------	--	------------	--



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

22.4. Depósitos judiciais e fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis	952	828
Fiscais	9.955	9.403
Total Depósitos Judiciais	10.907	10.231

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	9.403	48.260
Adições	975	595
Atualização Monetária	326	709
Baixa	(749)	(40.161)
Saldo Final	9.955	9.403

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital subscrito e integralizado de R\$ 72.188 é representado por 2.091 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

23.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2021 as Reservas de Lucros de R\$ 88.599 (R\$ 123.860 em 31 de dezembro de 2020) são compostas por:

Reserva Legal em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 14.438 (R\$ 14.438 em 31 de dezembro de 2020) que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social ou 30% das reservas de lucros mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor,

A Reserva Estatutária, no valor de R\$ 57.761 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 109.422 em 31 de dezembro de 2020), é constituída pelo valor apurado pelo lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para reserva legal, dividendos e juros sobre o capital próprio, observando o limite legal de teto do valor do capital social, conforme legislação em vigor, e tem como objetivo a expansão de negócios, como a aquisição de blocos de vendas, carteiras de produtos, empresas, investimento em tecnologia e outras ações amplamente divulgadas pela Companhia nos últimos anos.

23.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos aos títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de um valor negativo de R\$ 2.298 (R\$ 2.009 em 31 de dezembro de 2020).

23.4. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação em vigor.

Conforme disposição estatutária, a Companhia provisionou dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 31.586 (R\$ 11.153 em 31 de dezembro de 2020) e dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 16.400.

23.5. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2021
Patrimônio Líquido	158.489
Ajustes contábeis	(24.967)
Despesas Antecipadas	(3)
Ativos Intangíveis	(3)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(24.961)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	32.870
Superávit de fluxos de prêmios/cont. não registradas	469
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	32.401
Subtotal PLA – nível	166.492
PLA Nível I	124.584
PLA Nível II	32.970
PLA Nível III	8.938
Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (d)	-
Limitador 15% CMR – PLA nível III	-
Limitador 50% CMR – PLA nível II e III	-
PLA (Total) = PL + Ajust. cont.+ Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3 (e = a+b+c+d)	166.392
Capital Base (CB) (a)	15.000
Capital de Risco de Crédito	8.087
Capital de Risco de Subscrição	102.668
Capital de Risco – Mercado	3.441
Capital de Risco – Redução por correlação	(6.313)
Capital de Risco – Operacional	5.108
Capital de Risco (CR)(b)	112.991
Capital Mínimo Requerido – CMR maior entre (a) e (b)	112.991
Patrimônio líquido ajustado	166.392
(-) Exigência de capital – EC	(112.991)
Suficiência de capital – R\$	53.401
Suficiência de capital (% da EC)	147%

24. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se às transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Despesas		Receitas	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Icatu Seguros S.A. (Ligada) a	10.663	12.158	(8.044)	(7.259)	(60.998)	(73.092)	131.476	147.376
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) e	-	-	(1)	(0)	(5)	(4)	-	-
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) b	-	-	(8.099)	(7.462)	(95.369)	(88.638)	-	-
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controladora) d	-	-	(31.586)	(11.153)	-	-	-	-
Rio Grande Capitalização S/A (Ligada) c	6.687	8.768	-	-	(19.039)	(19.575)	1.100	1.479
Total	17.350	20.926	(47.730)	(25.874)	(175.411)	(181.308)	132.576	148.855

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Valores referentes acordo operacional de cosseguro, firmado com a Icatu Seguros. Os valores do contas a receber e a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

(b) Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

(c) A Companhia adquire títulos de capitalização emitidos pela Icatu Capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado na rubrica "Outras Receitas e Despesas Operacionais";

(d) Valor referente a dividendos a pagar e JCP sobre as movimentações oriundas da distribuição de resultados;

(e) Valor referente a taxa de administração de fundos de previdência.

25. Principais ramos de atuação – seguros

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramo	31/12/2021			31/12/2020		
	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento
Vida em Grupo	237.340	21,3%	31,6%	232.380	14,7%	36,2%
Prestamistas	291.042	33,3%	39,5%	290.907	18,2%	40,9%
Acidentes Pessoais	91.294	6,7%	36,6%	84.598	5,2%	35,9%
Outros	33.027	51,6%	20,2%	28.737	36,4%	19,0%
Total	652.703			636.622		

26. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

26.1. Prêmios ganhos – seguros

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios Emitidos Direto	569.588	494.091
Prêmios Cosseguro Aceito a Congêneres	131.476	147.377
Prêmio Riscos Vigentes Não Emitidos	(6.237)	(5.122)
Receitas de Contribuições Planos Repartição Simples	972	686
Receitas de Contribuições Planos de Renda	364	445
Variação das Provisões Técnicas	(43.460)	(855)
Total	652.703	636.622

26.2. Sinistros ocorridos – seguros

	31/12/2021	31/12/2020
Indenizações Avisadas	(168.897)	(101.730)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	(528)	1.421
Despesas com Sinistros	(135)	(976)
Outras Despesas com Sinistros	(1.039)	(1.069)
Total	(170.599)	(102.354)

26.3. Custo de aquisição – seguros

	31/12/2021	31/12/2020
	(187.196)	(8.035)
	(4.484)	(22.763)
	(38.485)	(208.312)
Total	(230.166)	(239.110)

26.4. Outras receitas e despesas operacionais – seguros

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com Cobrança	(7.167)	(6.953)
Reversão (Provisão) para Contingências Cíveis	(210)	(102)
Reversão (Constituição) de Provisão para Riscos de Créditos	(22)	75
Outras Despesas DPVAT	-	(61)
Despesas com títulos de Capitalização	(17.017)	(17.576)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(71)	(61)
Total	(24.487)	(24.678)

26.5. Resultado com operações de resseguro – seguros e previdência

	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Indenização – Seguros	10.348	5.408
Recuperação de Indenização de Benefícios – Previdência	486	370
Prêmio Cedido em Resseguro – Seguros	(7.894)	(5.736)
Prêmio Cedido em Resseguro – Previdência	(67)	(32)
Variação das provisões técnicas – Seguros	977	521
Total	3.851	531

26.6. Receita de contribuições e prêmios de VGBL – previdência

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios Emitidos	982.662	517.536
Receitas de Contribuições Planos	28.176	27.198
Restituições	(935)	(4.032)
Rendias de Contribuições e Prêmios de VGBL	1.009.902	540.702

	31/12/2021	31/12/2020
PMBAC – Planos de Renda	(719.741)	(364.439)
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	(719.741)	(364.439)
Total	290.161	176.263

26.7. Variação das outras provisões técnicas – previdência

	31/12/2021	31/12/2020
PPNG – Planos Repartição Simples	(7)	(5)
PPNG – Planos de Renda	(14)	(3)
PVR – Planos Renda	(289.640)	(175.946)
Despesas com Benefícios e Resgates	(510)	(1.358)
Outras Provisões	663	(181)
Total	(289.507)	(177.493)

26.8. Despesas administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de Terceiros	(119.405)	(115.837)
Localização e Funcionamento	(661)	(930)
Publicidade e Propaganda	(5.188)	(2.458)
Publicações	(191)	(168)
Donativos e Contribuições	(976)	(1.237)
Despesas Administrativas Diversas	(87)	(50)
Total	(126.509)	(120.680)

26.9. Despesas com tributos

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos	(656)	(454)
COFINS	(15.804)	(22.547)
PIS	(2.570)	(3.663)
Taxa de Fiscalização	(2.335)	(819)
Outras Despesas com Tributos	(45)	(45)
Total	(21.410)	(27.528)

26.10. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Categoria – Valor Justo por meio do Resultado	104.951	49.194
Quotas de Fundos de Investimento – Exclusivos	104.549	48.688
Outras Receitas Financeiras	402	506
Categoria – Disponível para Venda	-	7.564
Quotas de Fundos de Investimento – Exclusivos	-	7.564
Total – Receitas Financeiras	104.951	56.758
Categoria – Valor Justo por meio do Resultado	(3.414)	(22.478)
Quotas de Fundos de Investimento – Exclusivos	(3.414)	(22.478)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas – Previdência	(8.137)	(3.383)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas – Seguros	(74.970)	(21.234)
Outras Despesas Financeiras	(598)	(952)
Total – Despesas Financeiras	(87.119)	(48.047)
Total	17.832	8.711

27. Conciliação dos imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2020			
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos	109.920	109.920	136.306	136.306
ADIÇÕES	5.973	5.973	10.411	10.411
Adição Permanente	-	-	567	567
Doações e Patrocínios Indedutíveis	947	947	1.209	1.209
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	70	70	111	111
Outras Provisões	1.263	1.263	37	37
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial	2.418	2.418	7.749	7.749
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	1.275	1.275	738	738
EXCLUSÕES	(9.389)	(9.389)	(3.146)	(3.146)
Outras Provisões	(856)	(856)	(727)	(727)
PIS e COFINS Diferido	(6.149)	(6.149)	-	-
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial	(2.384)	(2.384)	(2.419)	(2.419)
Resultado Ajustado	106.504	106.504	143.571	143.571
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15% + 5%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(26.803)	(19.944)	(35.869)	(21.535)
Incentivos Fiscais	947	-	1.209	-
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	(1.091)	(654)	1.372	823
Despesas com IRPJ/CSLL	(26.803)	(19.944)	(33.288)	(20.712)
Alíquota Efetiva – Resultado Antes dos Impostos	24,4%	18,1%	24,4%	15,2%

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1034, que altera a Lei nº 7.689 de 1988 em 31/12/2021, passará a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 20% para 15% a partir de 01/01/2022.

28. Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/21, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2021 da Icatu Seguros.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Luciano S



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Vejas técnicas de seguros e de previdência

Veja Notas 3.13, 3.14, 17 e 18 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.13, 3.14, 17 e 18 às demonstrações financeiras, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e de previdência privada: Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e Provisão Complementar de Cobertura ("PCC"), sendo esta última constituída, quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado pelo teste de adequação de passivos.

Tais provisões técnicas, bem como o teste de adequação de passivos, efetuados com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e do teste de adequação dos passivos. - conciliação dos registros analíticos suporte a PMBaC, IBNR e PPNG – RVNE com os respectivos saldos contábeis. - teste, com base em amostragem, da precisão das bases estatísticas utilizadas no cálculo da PMBaC, IBNR e PPNG – RVNE, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos certificados, avisos de sinistros e apólices, respectivamente. - com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial: (i) efetuamos, com base em amostragem, recálculo da PMBaC de acordo com as condições contratuais, incluindo atualização monetária; e (ii) avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas, tais como expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas, projeções de prêmios e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG – RVNE e no teste de adequação dos passivos, bem como efetuamos recálculo independente das referidas provisões técnicas e do teste de adequação dos passivos partindo das bases de dados operacionais da Companhia. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Porto Alegre – RS

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$141.772 mil (em 30 de junho de 2021) e R\$166.491 mil (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e pela retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Atuariais Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio

líquido ajustado" utilizado de R\$141.772 mil (em 30 de junho de 2021) e R\$166.491 mil (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório,

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado (s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6



da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$141.772 mil (em 30 de junho de 2021) e R\$166.491 mil (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, anteriormente referida, em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Consultores Ltda.

CNPJ: 02.189.924/0001-03

CIBA 45

Felipe Fieri Amado

MIBA 2.385



BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

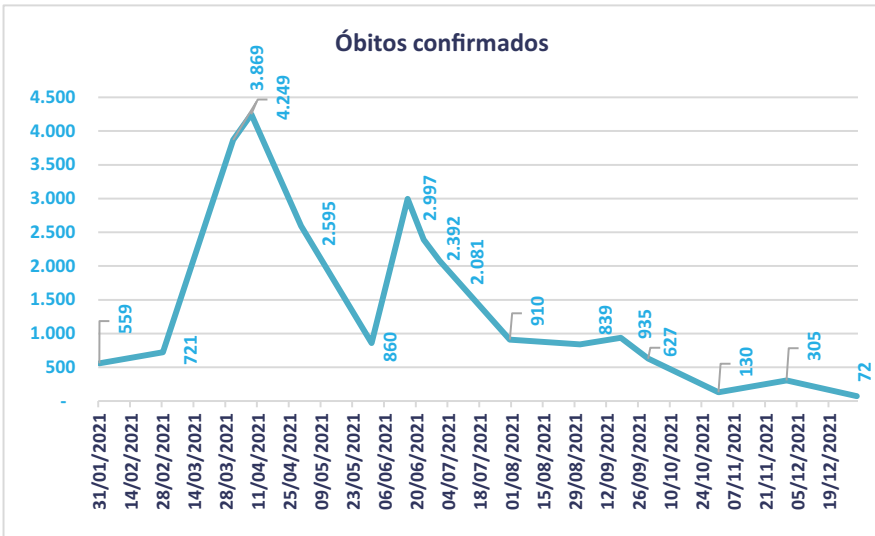
CNPJ 14.159.197/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

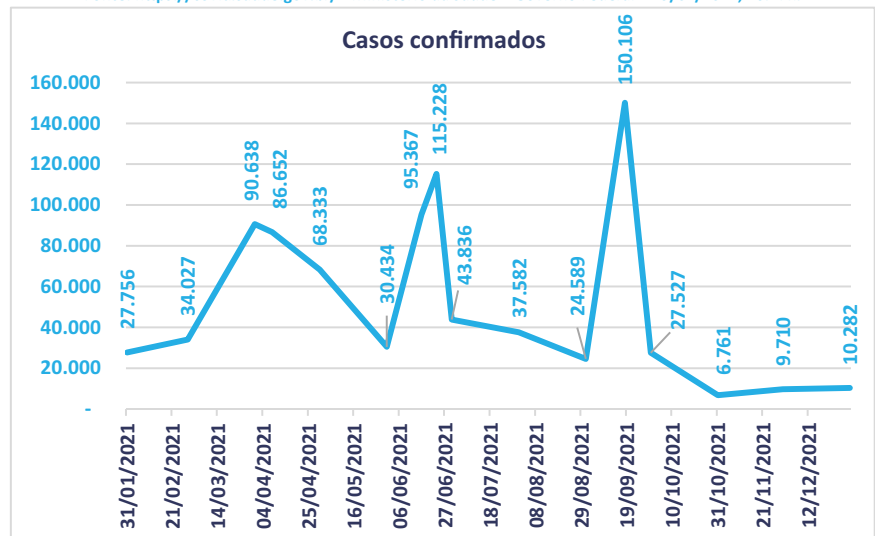
1. Contexto geral: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras consolidadas (Demonstrações) da Banrisul Icatu Participações S.A. e Controladas, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Neste relatório, a Banrisul Icatu Participações S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "BIPAR" é usado para tratar o conjunto formado pela Banrisul Icatu Participações S.A. e suas controladas. A Companhia é uma controlada direta da Icatu Consultoria de investimentos S.A. com 50,01%, e tem como sócio, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), com 49,99% conforme composição acionária a seguir:



A Companhia, por intermédio de entidades controladas está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, planos de capitalização. **2. Pandemia de COVID-19:** A pandemia da COVID, no Brasil, teve seu ápice no primeiro semestre de 2021, com o seguinte panorama retratado pelas secretarias estaduais de saúde:



Fonte: <https://covid.saude.gov.br/> - Ministério da Saúde – Governo Federal – 29/01/2022, 16:27h.



Fonte: <https://covid.saude.gov.br/> - Ministério da Saúde – Governo Federal – 29/01/2022, 16:27h.

Como pode ser observado nos gráficos anteriores, o primeiro semestre do ano concentrou um grande volume de óbitos, impactando de forma relevante a sinistralidade e, consequentemente, o resultado das seguradoras de Vida. Ao longo do último trimestre do ano, com o avanço da vacinação, a quantidade de novos casos diminuiu, trazendo redução na sinistralidade. Dados da SUSEP indicam que a sinistralidade no mercado de vida em grupo e vida individual saltou de 49,8%, em 2020, para 70,9% em 2021. A seguir, a demonstração de resultados da Companhia em 2021, com e sem os impactos da COVID, onde tais impactos são entendidos como os sinistros pagos por mortes confirmadas exclusivamente da COVID, segundo a documentação de aviso de sinistro apresentada.

	2021	Efeitos da COVID	Sem efeito COVID 2021
Premios ganhos	652.703		652.703
Sinistros ocorridos	(170.599)	47.117	(123.482)
Custo de aquisição	(230.166)		(230.166)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(24.487)		(24.487)
Resultado com operações de seguros	227.451		274.568
Resultado com operações de resseguros	3.851	(4.107)	(256)
Resultado com operações de previdência	8.705		8.705
Despesas administrativas	(126.509)		(126.509)
Resultado financeiro	17.832		17.832
Despesas com tributos	(21.410)	(1.790)	(23.200)
Resultado operacional	109.920		151.140
Ganhos e (Perdas) antes de Tributos	-		-
Imposto de renda e contribuição social	(46.747)	(18.667)	(65.414)
Lucro líquido do exercício	63.173	22.553	85.726

As operações de previdência e capitalização não foram diretamente impactadas como as de vida. As operações serão analisadas, a seguir. **3. Desempenho nas Operações:** **3.1. Operação e Patrimônio: Seguros e Previdência:** Durante o ano de 2021, os prêmios emitidos foram de R\$ 694.827 (R\$ 636.346, no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 9,2%. Os sinistros ocorridos foram de R\$ 170.599 (R\$ 102.354, no mesmo período do ano anterior) e se desconsiderarmos os efeitos da pandemia de COVID, foram de R\$ 123.482 (R\$ 94.065 no mesmo período do ano anterior). Os custos de aquisição foram de R\$ 230.166 (R\$ 239.110, no mesmo período do ano anterior), que representa um decréscimo de 3,7%. O índice de comissionamento ficou em 35,3% em 2021, contra 37,6% no ano anterior, sem alteração expressiva, dado que a Companhia vem mantendo os custos de suas operações e o comissionamento não foi afetado pela pandemia. Como explicado anteriormente, a pandemia da COVID foi a principal responsável pelo aumento da sinistralidade em 2021 e 2020, mas por outro lado, também pode ter influenciado no aumento nos prêmios de seguros, em função de uma maior procura por seguros de vida. A captação líquida (entradas – saídas) na linha de previdência no exercício de 2021 foi de R\$ 718.287 (R\$ 343.291 no mesmo período do ano anterior). A soma dos resultados das operações de seguros e previdência complementar, em 31 de dezembro de 2021, alcançou R\$ 236.156 (R\$ 275.265 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Rio Grande Seguros e Previdência S.A. atingiu um ativo total de R\$ 2.813.667 (R\$1.968.241 em 31 de dezembro de 2020), representando um aumento de 42,9%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2021, atingiu o montante de R\$ 158.489 (R\$ 198.057 em 31 de dezembro de 2020). **Capitalização:** A arrecadação da controlada Rio Grande Capitalização S.A. durante o ano de 2021, foi de R\$ 508.931 (R\$ 203.527 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 150,06%. As receitas líquidas da Companhia foram de R\$ 94.174 (R\$ 43.806 no mesmo período do ano anterior), representando um expressivo aumento de 114,98%. Os sorteios representaram R\$ 21.533 (R\$ 17.311 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 24,39%, e os custos de aquisição foram de R\$17.011 no primeiro semestre de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Rio Grande Capitalização S.A. atingiu um ativo total de R\$ 1.086.060 (R\$ 932.712, no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 16,44%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2021, atingiu o montante de R\$ 84.533 (R\$ 26.293, no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 221,50%. A transferência de carteiras, explicada a seguir, tem impacto relevante nos comportamentos dos números em uma análise comparativa. Esses mesmos impactos são observados nas despesas administrativas, descritas mais à frente. **Transferência de Carteira:** A controlada Rio Grande Capitalização S.A. concluiu, em setembro de 2020, o processo de transferência da carteira de títulos de capitalização comercializados no balcão de vendas do Banrisul da Icatu Capitalização S.A., como previsto na Portaria SUSEP/DIR3 nº 7.236 entre Icatu e Banrisul assinado em 13 de novembro de 2018. Adicionalmente, a controlada passou a comercializar, com exclusividade, produtos de capitalização através dos canais de venda do banco por um período de vinte anos, a partir de 01 de setembro de 2019. A Controlada iniciou as operações dos produtos de incentivo na data anteriormente informada e os produtos tradicionais, começaram a ser comercializados um ano após (setembro de 2020). **3.2. Despesas Administrativas, Resultado Financeiro da BIPAR:** Em 31 de dezembro de 2021, as despesas administrativas nas demonstrações financeiras consolidadas foram de R\$ 177.784 (R\$ 136.979, em 31 de dezembro de 2020), sendo 8,10% da receita bruta (9,9% em 31 de dezembro de 2020), melhorando em relação ao mesmo período de 2020. Este índice reflete a qualidade do controle sobre as despesas administrativas, revelando ganho em produtividade e o constante monitoramento de suas despesas, não obstante o investimento da Companhia e de suas controladas em aprimorar seus processos. Em 31 de dezembro de 2021, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 6.217 (R\$ 23.629 em 31 de dezembro de 2020). **4. ASG – Ambiental, Social e Governança:** Em sua contribuição à sociedade, a Companhia e suas controladas retornaram R\$28.846 em pagamentos de dividendos (R\$ 42.745 no exercício de 2020), R\$169.527 pagos à serviços de terceiros (R\$ 131.203 no exercício de 2020), R\$ 26.354 em tributos indiretos (R\$ 29.117, no exercício de 2020) e R\$ 43.632 em tributos diretos (R\$ 58.592, no exercício de 2020). O sustentável resultado da Companhia e suas controladas é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia e suas controladas possuem uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias. **5. Auditores Independentes:** A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia e suas controladas, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras (individuais e consolidadas). **6. Agradecimento:** A Companhia e suas controladas aproveitam a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio. **Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2022. A Administração.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE	31.930	46.962	3.091.997	2.316.620	CIRCULANTE	29.044	42.850	1.795.464	1.524.649
Disponível	20	28	48.538	33.723	Contas a Pagar	29.044	42.850	75.778	80.323
Caixa e Bancos	20	28	4.523	3.422	Obrigações a Pagar	29.003	42.801	67.171	67.031
Equivalente de Caixa	-	-	44.015	30.301	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	41	45	3.111	3.425
Aplicações Financeiras	32	32.296	2.882.834	2.155.945	Impostos e Contribuições	-	4	5.496	9.862
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	-	-	45.796	47.190	Outras Contas a Pagar	-	-	-	5
Prêmios a Receber	-	-	26.862	37.218	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	-	-	40.553	39.164
Operações com Seguradoras	-	-	9.487	6.702	Prêmios a Restituir	-	-	-	871
Operações com Resseguradoras	-	-	9.447	3.270	Operações com Seguradoras	-	-	4.338	2.355
Créditos das Operações com Previdência Complementar	-	-	70	51	Operações com Resseguradoras	-	-	6.301	3.287
Créditos das Operações de Capitalização	-	-	17	4	Corretores de Seguros e Resseguros	-	-	29.914	32.651
Outros Créditos Operacionais	-	-	66.450	37.632	Débitos de Operações com Previdência Complementar	-	-	156	97
Ativos de Resseguro	-	-	9.389	6.811	Débitos de Operações com Capitalização	-	-	826	1.777
Títulos e Créditos a Receber	31.878	14.638	7.191	1.937	Depósitos de Terceiros	-	-	1.471	799
Títulos e Créditos a Receber	31.666	14.490	1.803	1.248	Provisões Técnicas - Seguros	-	-	640.701	469.528
Créditos Tributários e Previdenciários	212	148	5.388	689	Provisões Técnicas - Previdência Complementar	-	-	42.096	42.144
Despesas antecipadas	-	-	2	-	Passivos financeiros - Capitalização	-	-	993.201	890.817
Custos de Aquisição Diferidos	-	-	31.710	33.327	Outros débitos	-	-	682	-
Seguros	-	-	31.676	33.305	NÃO CIRCULANTE	-	-	1.861.672	1.174.139
Previdência	-	-	34	22	Contas a Pagar	-	-	9.351	8.984
NÃO CIRCULANTE	243.039	227.547	811.064	613.827	Tributos Diferidos	-	-	-	1.497
Aplicações Financeiras	-	-	748.770	561.566	Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais	-	-	9.351	7.487
Ativos de Resseguro	-	-	3.347	2.675	Provisões Técnicas - Seguros	-	-	1.712.911	1.045.575
Títulos e Créditos a Receber	13	-	26.744	15.106	Provisões Técnicas - Previdência Complementar	-	-	138.989	119.258
Créditos Tributários e Previdenciários	13	-	15.294	1.682	Outros Débitos - Provisões Judiciais	-	-	421	322
Depósitos Judiciais e Fiscais	-	-	11.450	10.231	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	245.925	228.466	245.925	228.466
Outros valores e bens	-	-	448	-	Capital Social	91.024	91.024	91.024	91.024
Custos de Aquisição Diferidos	-	-	31.515	34.310	Reservas de Lucros	162.033	133.187	162.033	133.187
Seguros	-	-	31.439	34.234	Ajuste de Avaliação Patrimonial	(7.132)	4.255	(7.132)	4.255
Previdência	-	-	76	76	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	274.969	271.316	3.903.061	2.927.254
Investimentos	243.026	224.354	-	-					
Imobilizado	-	-	231	170					
Intangível	-	-	9	-					
TOTAL DO ATIVO	274.969	271.316	3.903.061	2.927.254					

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios Emitidos	-	-	694.827	636.346
Contribuições para Cobertura de Riscos	-	-	1.336	1.131
Variação das Provisões Técnicas	-	-	(43.460)	(855)
Prêmios Ganhos	-	-	652.703	636.622
Sinistros Ocorridos	-	-	(170.599)	(102.354)
Custos de Aquisição	-	-	(230.166)	(239.110)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	-	(5.446)	(3.623)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	-	-	246.492	291.535
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	-	-	3.431	194
Receitas líquidas com títulos de capitalização	-	-	75.134	22.754
Outras Receitas e Despesas Operacionais	-	-	13.834	3.465
Resultado com Sorteio	-	-	(19.041)	(17.299)
Custo de Aquisição	-	-	(17.011)	(7.036)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	-	-	57.916	1.884
Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL	-	-	1.009.902	540.702
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	-	-	(719.741)	(364.439)
Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL	-	-	290.161	176.263
Variação de Outras Provisões Técnicas	-	-	(289.507)	(177.493)
Custo de Aquisição	-	-	(4.883)	(3.001)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	-	216	(126)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA	-	-	(4.013)	(4.357)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO	-	-	420	337
Despesas Administrativas	(962)	(1.004)	(177.784)	(136.979)
Despesas com Tributos	(8)	(13)	(26.346)	(29.117)
Resultado Financeiro	156	227	6.216	23.629
Resultado Patrimonial	58.493	89.331	-	-
RESULTADO OPERACIONAL	57.679	88.541	101.324	147.126
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	-	-	-	7
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	57.679	88.541	101.324	147.133
Imposto de Renda	10	-	(24.855)	(36.130)
Contribuição Social	3	-	(18.777)	(22.462)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	57.692	88.541	57.692	88.541
Quantidade de Ações	88.877.773	88.877.773	88.877.773	88.877.773
Lucro Líquido do Exercício por Ação - R\$	0,6491	0,9962	0,6491	0,9962

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do Exercício	57.692	88.541	57.692	88.541
Ajustes para:				
Depreciações e amortizações	-	-	-	585
Resultado de Equivalência Patrimonial	(58.492)	(89.331)	-	-
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	-	-	-	(7)
Variação Impostos Sobre o Lucro	(4)	692	47.813	60.770
Variação das Provisões Técnicas Seguros	-	-	1.292.491	505.403
Variação das Provisões Técnicas Previdência	-	-	40.562	43.410
Variação dos passivos financeiros capitalização	-	-	466.232	1.024.387
Variação nas contas patrimoniais:				
Ativos financeiros	32.264	(31.128)	(914.093)	(1.208.392)
Débitos/Créditos das operações de seguros e resseguros	-	-	2.783	6.710
Débitos/Créditos das operações de previdência complementar	-	-	39	79
Débitos/Créditos das operações de capitalização	-	-	(964)	1.787
Ativos de resseguro	-	-	(3.250)	(2.803)
Créditos tributários e previdenciários	(63)	(10)	(18.311)	(1.999)
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	(1.220)	39.107
Custos de aquisição diferidos	-	-	4.411	22.620
Títulos e créditos a receber	-	11.627	(555)	(140)
Outros ativos	(94)	(5.118)	(40.723)	(93.647)
Impostos e contribuições	-	-	-	-
Outras contas a pagar	97	(189)	15.585	130.974
Depósitos de Terceiros	-	-	672	(7.074)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	-	-	(453.982)	(238.268)
Provisões técnicas - Previdência	-	-	(20.879)	(17.276)
Passivos financeiros - Capitalização	-	-	(363.848)	(146.460)
Provisões judiciais	-	-	75	111
Passivo fiscal diferido	-	-	(1.497)	95
Outros passivos	-	-	705	(71.804)
Caixa Gerado/ (Consumido) pelas Operações	31.400	(24.916)	109.738	136.709
Impostos pagos	-	(688)	(52.178)	(68.364)
Caixa Líquido Gerado/ (Consumido) nas Atividades Operacionais	31.400	(25.604)	57.560	68.345
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimento pela venda:				
Intangível e Imobilizado	-	-	-	1
Pagamento pela Compra:				
Investimentos	(70.000)	-	-	-
Intangível e Imobilizado	-	(68)	-	(301)
Recebimento de Dividendos	81.337	79.802	-	79.802
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	11.337	79.734	-	79.502
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Distribuição de Dividendos	(42.745)	(54.120)	(42.745)	(141.237)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(42.745)	(54.120)	(42.745)	(141.237)
Aumento líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(8)	10	14.815	6.610
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28	18	33.723	27.113
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20	28	48.538	33.723

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	57.692	88.541	57.692	88.541
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas e controladas	(18.979)	3.779	(18.979)	3.779
Efeito dos impostos	7.592	(2.837)	7.592	(2.837)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	46.305	89.483	46.305	89.483

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros				Dividendo Adicional Proposto	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária					
Saldos em 01 de janeiro de 2020	91.024	15.154	102.238			3.313		211.729
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	942	-	942
Dividendo Adicional Proposto pago em março/2020	-	-	(30.000)	-	-	-	-	(30.000)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	88.540	88.540
Destinação do Lucro Líquido								
Reserva Legal	-	3.050	-	-	-	-	(3.050)	-
Reserva Estatutária	-	-	42.745	-	-	-	(42.745)	-
Dividendo Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(21.377)	(21.377)
Dividendo Mínimos Obrigatórios - Banco	-	-	-	-	-	-	(21.368)	(21.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	91.024	18.204	114.983			4.255		228.466
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	(11.387)	-	(11.387)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	57.692	57.692
Destinação do Lucro Líquido								
Dividendo Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(28.846)	(28.846)
Reserva estatutária	-	-	12.446	-	-	-	(12.446)	-
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	16.400	-	-	(16.400)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	91.024	18.204	127.429	16.400		(7.132)		245.925

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Luciano Snel Corrêa

Vice Presidente: Claudio Coutinho Mendes

Conselheiros: Ademir Schardong; Claudio Leite Gastal; Cidmar Luis Stoffel; Luiz Carlos Caio Tomazeli

DIRETORIA

Diretor Presidente: César Luiz Salazar Saut

Diretores: Marcio de Moraes Palmeira, Suzana Flores Cogo

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076168/O-7 - Atuário: Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1394

"As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis no site: www.riograndesseguradora.com.br"



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
 CNPJ: 29.985.998/0001-02
 Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

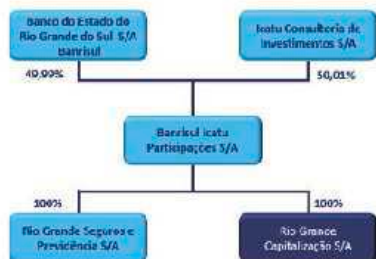
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais (Demonstrações) da **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia), relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Consultoria de Investimentos S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia, tem como objeto principal, a negociação exclusiva de títulos de capitalização, através do canal de vendas do Banrisul.

Nessas Demonstrações, a Rio Grande Capitalização S.A. é tratada pelo termo "Companhia".

2. Pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID-19, no Brasil, teve o quadro agravado no início de 2021 e com o início da campanha de vacinação no país, as atividades estão retornando aos poucos à normalidade. Conforme relatado nas notas explicativas, a Companhia vem tomando todas as medidas necessárias no monitoramento do negócio, como um todo, de forma a garantir que a operação siga sem ser afetada de forma relevante pela pandemia.

3. Transferência de carteira

A Companhia concluiu, em setembro de 2020, o processo de transferência da carteira de títulos de capitalização comercializados no balcão de vendas do Banrisul da Icatu Capitalização S.A., como previsto na Portaria SUSEP/DIR3 nº 7236 entre Icatu e Banrisul assinado em 13 de novembro de 2018. Adicionalmente, a Companhia passou a comercializar, com exclusividade, produtos de capitalização através dos canais de venda do banco por um período de vinte anos, a conta de 01 de setembro de 2019. Os produtos de incentivo começaram a ser comercializados na data anteriormente informada e os produtos tradicionais, começaram a ser comercializados um ano após (setembro de 2020).

4. Desempenho nas operações de capitalização

4.1. Operação e Patrimônio

A arrecadação da Companhia, durante o ano de 2021, foi de R\$ 508.931 (R\$ 203.527 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 150,06%. As receitas líquidas da Companhia foram de R\$ 94.174 (R\$ 43.806 no mesmo período do ano anterior), representando um expressivo aumento de 114,98%. Os sorteios representaram R\$ 21.533 (R\$ 17.311 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 24,39%, e os custos de aquisição foram de R\$17.011 no primeiro semestre de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 1.086.060 (R\$ 932.712, no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 16,44%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2021, atingiu o montante de R\$ 84.533 (R\$ 26.293, no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 221,50%. A transferência de carteiras, explicada no item 3 acima, tem impacto relevante nos comportamentos dos números em uma análise comparativa. Esses mesmos impactos são observados nas despesas administrativas, descritas mais à frente.

4.2. Resultado Financeiro e Solvência

As receitas financeiras no ano de 2021 totalizaram R\$ 33.771 (R\$ 20.012, no mesmo período do ano anterior). A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 16.012, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 48.553 em 31 de dezembro de 2020), 273% de suficiência de capital (144% em 31 de dezembro de 2020).

5. ASG – Ambiental, Social e Governança

No exercício de 2021, em sua contribuição à sociedade, a Companhia retornou R\$ 50.035 (R\$ 15.129 em 2020) pagos a serviços terceirizados, R\$ 4.935 (R\$ 1.576 em 2020) em tributos indiretos e R\$ 3.101 (R\$ 4.592 em 2020) em tributos diretos.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

6. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras individuais.

A Deloitte Touche Tohmatsu Consultores atua na auditoria atuarial das companhias de capitalização reguladas pela SUSEP.

7. Agradecimentos

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2022.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		
CIRCULANTE	407.245	399.065
Disponível	17.752	6.305
Caixa e Bancos	388	347
Equivalentes de Caixa	Nota 5 17.364	5.958
Aplicações	Nota 5 379.613	390.105
Créditos das Operações de Capitalização	17	4
Outros Créditos Operacionais	Nota 6 5.676	2.309
Títulos e Créditos a Receber	4.187	342
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 7 4.187	342
ATIVO NÃO CIRCULANTE	678.815	533.647
Realizável a Longo Prazo	678.815	533.647
Aplicações	Nota 5 671.927	533.628
Títulos e Créditos a Receber	6.887	19
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 7 6.343	19
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 12 544	-
Intangível	1	-
TOTAL DO ATIVO	1.086.060	932.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO		
CIRCULANTE	1.000.908	904.922
Contas a Pagar	6.845	12.262
Obrigações a Pagar	Nota 8 5.506	8.026
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	1.095	833
Impostos e Contribuições	244	3.403
Débitos de Operações com Capitalização	Nota 9 826	1.777
Depósitos de Terceiros	36	66
Provisões Técnicas - Capitalização	Nota 10 993.201	890.817
Provisão para Resgates	921.067	822.906
Provisão para Sorteio	16.210	18.471
Provisão para Despesas Administrativas	-	2.395
Outras Provisões	55.924	47.045
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	619	1.497
Contas a Pagar	589	1.497
Tributos Diferidos	Nota 7 -	1.497
Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais	Nota 12 589	-
Outros Débitos - Provisões Judiciais	Nota 12 30	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 13 84.533	26.293
Capital Social	90.000	20.000
Reservas de Lucros	-	4.047
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.834)	2.246
Prejuízo Acumulado	(633)	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.086.060	932.712

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto no lucro líquido por ação)

	31/12/2021	31/12/2020
Arrecadação com Títulos de Capitalização	Nota 16 a) 508.931	203.527
Varição da Provisão para Resgate	Nota 16 a) (407.405)	(155.846)
Varições das Provisões Técnicas	Nota 16 a) (7.352)	(3.875)
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	94.174	43.806
Resultado com Sorteio	Nota 16 b) (19.041)	(17.299)
Custo de Aquisição	Nota 16 c) (17.011)	(7.036)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	Nota 16 d) 13.834	3.466
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	71.956	22.937
Despesas Administrativas	Nota 16 e) (50.313)	(15.294)
Despesas com Tributos	Nota 16 f) (4.935)	(1.576)
Resultado Financeiro	Nota 16 g) (24.489)	5.550
RESULTADO OPERACIONAL	(7.781)	11.617
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	(7.781)	11.617
Imposto de Renda	Nota 17 1.938	(2.843)
Contribuição Social	Nota 17 1.163	(1.750)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(4.680)	7.024
Quantidade de Ações	90.000.000	20.000.000
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício por Ação - R\$	(0,052)	0,351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	RESERVAS DE LUCROS			Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízo Acumulado	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 01 de janeiro de 2020	20.000	34	325	-	-	20.359
Aumento de Capital Social	-	-	-	2.246	-	2.246
Lucro Líquido	-	-	-	-	7.024	7.024
Proposta para Distribuição do Resultado:						
Reserva Legal	-	352	-	-	(352)	-
Reserva Estatutária	-	-	3.336	-	(3.336)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	(3.336)	(3.336)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.000	386	3.661	2.246	-	26.293
Aumento de capital - AGE 25/02/21 Portaria SUSEP/CGRAJ Nº 153, de 17/05/21	20.000	-	-	-	-	20.000
Aumento de capital - AGE 29/03/21- Portaria SUSEP/CGRAJ Nº 213, de 15/06/21	30.000	-	-	-	-	30.000
Aumento de capital - AGE 26/08/21 -Portaria SUSEP/CGRAJ Nº 564, de 28/12/21	20.000	-	-	-	-	20.000
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	-	-	-	(7.080)	-	(7.080)
Prejuízo Líquido do exercício	-	-	-	-	(4.680)	(4.680)
Reserva Legal	-	(386)	-	-	386	-
Reserva Estatutária	-	-	(3.661)	-	3.661	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	90.000	-	-	(4.834)	(633)	84.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Rio Grande Capitalização S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da portaria SUSEP nº 6.997 de 19 de setembro de 2017, a operar em todas as Unidades da Federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Consultoria de Investimentos S.A..

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

1.1. Transferência de carteira do balcão Banrisul – Icatu Capitalização

A Companhia firmou o contrato de transferência parcial da carteira de capitalização da Icatu Capitalização para a Companhia, constituída pelos títulos comercializados no balcão Banrisul. Após as aprovações pelo Banco Central do Brasil, em abril de 2018, e da SUSEP, que ocorreu através da Portaria SUSEP/DIR3 nº 7.236, de 13 de novembro de 2018, e publicado no Diário Oficial em 16 de novembro de 2018, a operação iniciou em setembro de 2019 com os produtos de incentivo e concluída com os produtos tradicionais em setembro de 2020.

Abaixo, destacamos o quadro com os registros contábeis efetuados em setembro de 2020, referente ao acervo líquido da carteira de transferência dos produtos tradicionais.

Ativo	840.770	Passivo	840.770
Circulante	840.770	Circulante	837.214
Aplicações Financeiras	837.098	Depósito de Terceiros	116
Créditos das Operações de Capitalização	3.672	Provisões Técnicas - Capitalização	837.098
		Acervo Líquido	3.556

1.2. Impactos da pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021, com o pico de óbitos diários confirmados, em 08 de abril de 2021, atingindo 4.249 mortes. No segundo semestre, apesar do número de casos de contágios confirmados ter aumentado, com o pico em 18 de setembro de 2021 de 150.106 casos confirmados, o número de óbitos confirmados reduziu consideravelmente.

As autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios frente ao agravamento da pandemia, que vêm sendo relaxadas no Brasil, dada a queda brusca de mortes. Dada a reação em

alguns países ao redor do mundo, na adoção de medidas mais restritivas como aumento de casos confirmados trazidos por novas cepas do vírus, como a delta e a ômicron, ainda há dúvidas sobre a adoção de medidas mais restritivas por parte do governo federal do Brasil.

No resultado financeiro, a volatilidade dos instrumentos financeiros no ano de 2021, refletindo as incertezas sobre o futuro da recuperação da economia e o risco fiscal embudo, impactou na marcação de mercado dos ativos classificados como "Valor Justo por Meio do Resultado", bem como na variação no patrimônio líquido daqueles ativos marcados como "Disponíveis para Venda". A taxa básica de juros aumentou sete vezes consecutivas até o final de dezembro, encerrando o ano de 2021 em 9,25% ao ano. O ano começou com a taxa a 2,00% ao ano e em março o Comitê de Política Monetária (COPOM) iniciou o aumento da taxa que afeta positivamente os instrumentos financeiros indexados ao CDI e SELIC da Companhia. Em contrapartida, os instrumentos financeiros com taxas de juros pré-fixadas foram impactados negativamente pela abertura das curvas de juros.

A Companhia vem monitorando atentamente o comportamento da pandemia nos cenários nacional e internacional, na certeza de que seu modelo de negócios e a solidez de seus processos reforçam o adequado monitoramento e aderência necessária as adaptações que o momento incomum requer.

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e 648 de 12 de novembro de 2021, sendo está a última a que aprovam a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2022.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e Equivalente de Caixa (notas 3.3 e 5).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (notas 3.4.1 e 5).
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (notas 3.4.2 e 5).

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(4.680)	7.024
Ativos financeiros disponíveis para venda	(7.080)	2.246
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(11.800)	3.743
Imposto sobre o ganho/(perda) originado(a) no exercício	4.720	(1.497)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	(11.760)	9.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) Líquido do exercício	(4.680)	7.024
Ajustes para:		
Varição das Provisões técnicas - capitalização	466.232	1.024.387
Varição de Impostos sobre o Lucro	3.690	5.010
Varição nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(139.607)	(892.185)
Créditos das operações de capitalização	(13)	10
Créditos fiscais e previdenciários	(9.433)	(304)
Depósitos judiciais e fiscais	(544)	-
Outros ativos	(3.367)	(2.144)
Outras contas a pagar	4.154	10.301
Débitos de operações com capitalização	(951)	1.777
Depósitos de terceiros	(30)	66
Provisões técnicas - capitalização	(363.848)	(146.460)
Outros passivos	30	(1.090)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	(48.367)	6.392
Imposto sobre o lucro pagos	(6.849)	(1.612)
Caixa Líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	(55.216)	4.780
Aumento de capital	70.000	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(3.337)	(253)
Caixa Líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	66.663	(253)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	11.447	4.527
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.305	1.778
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.752	6.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5)
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.8 e 10).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações financeiras são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

</



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

3.2. Balanço patrimonial

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

- Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os pronunciamentos técnicos n.º 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de Instrumentos Financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justo de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os derivativos são classificados no ativo circulante "recebíveis" ou no passivo circulante "contas a pagar", sendo compostos por opções e contratos futuros.

3.4.2. Disponíveis para a venda

Os instrumentos financeiros "disponíveis para a venda" são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros, ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do Patrimônio Líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em Resultados Abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido.

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis".

3.4.3. Mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria possuem pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda. São aqueles que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

3.4.4. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Redução ao valor recuperável

3.6.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

3.7. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1034, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 20% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

3.7.1. IRPJ e CSLL Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária.

3.8. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com os conceitos estabelecidos pelo "CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independentemente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, pois os tributos são devidos, os valores são líquidos e certos e portanto, provável que haja um descaixe para este pagamento. Essa é a melhor estimativa na data-base das demonstrações financeiras, até que uma decisão judicial a altere, favoravelmente à Companhia.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, tribunal e região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.9. Provisões técnicas

3.9.1. Provisão Matemática para Capitalização

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores,

deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.9.2. Provisão para Distribuição de Bônus

A provisão é constituída para a distribuição de bônus ainda não devidos, quando previsto no plano. A metodologia de cálculo é idêntica à da Provisão Matemática para Capitalização.

3.9.3. Provisão para Resgates

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base das Demonstrações, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos.

3.9.4. Provisão para Sorteios a Realizar

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

3.9.5. Provisão para Sorteios a Pagar

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.9.6. Provisão para Despesas Administrativas

A provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. A metodologia de cálculo, de acordo com os normativos vigentes, não indica a necessidade de constituição da provisão nesta data-base.

3.9.7. Prescrição de Títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no código civil. Em regra, os títulos são prescritos em cinco anos.

3.10. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)

O registro contábil dos dividendos nas Demonstrações acontece quando são efetivamente distribuídos ou quando têm sua distribuição aprovada pelos acionistas, em uma assembleia geral, ou que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração aprecia as Demonstrações anuais e apresenta à assembleia geral a proposta de distribuição do resultado do exercício. O registro contábil desses dividendos é refletido no patrimônio líquido da Companhia, sendo aqueles obrigatórios reconhecidos como passivo circulante. Os dividendos obrigatórios podem deixar de ser pagos, se tal determinação for decidida em assembleia geral, obedecendo as exigências legais, em casos específicos.

Os Juros Sobre o Capital Próprio, assemelham-se aos dividendos por serem uma modalidade de remuneração de capital próprio, com benefícios fiscais limitados. O teto do benefício é apurado a partir de cálculos determinados na legislação em vigor, e os pagamentos dentro deste limite podem ser registrados como despesa, no resultado do exercício da Companhia, incidindo sobre o montante pago o imposto de renda retido na fonte com alíquota de 15%. Essa troca de tributação por uma incidência de imposto de renda menor é o benefício fiscal que difere os JSCP dos dividendos e visam incentivar o investimento no mercado de ações.

3.11. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: Valor recuperável dos instrumentos financeiros (nota 5) que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários (nota 7), cálculo das provisões técnicas de capitalização (nota 10), valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 12), bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Essas premissas foram revisadas em 2021 e 2020 e consideram qualquer agravamento que a pandemia de COVID pudesse provocar. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício.

3.12. Nova norma contábil ainda não adotada

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas Demonstrações e não foi adotado antecipadamente:

3.12.1. IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros

O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 01 de janeiro de 2023, conforme amendment do CPC 11 - Contratos de Seguros. A Companhia realizou o teste requerido pelo amendment e adotará de forma retrospectiva em 01 de janeiro de 2023, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável e (III) contabilização de cobertura (hedge accounting).

4. Gestão de risco

A Companhia possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada com o Grupo Icatu, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A estrutura de gestão de riscos da Companhia, conforme definição dada pela Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

Para executar sua função, a Companhia nomeia o gestor de riscos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de risco, bem como pela emissão de relatórios para análise dos comitês de gestão de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor de risco organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos que são constituídos em quatro etapas sendo elas identificação/revisão, mensuração, manutenção e tratamento de riscos. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de risco, a Companhia utiliza o sistema de controles internos que é composto pelos processos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los. Para isso tais áreas aplicam e monitoram indicadores financeiros para avaliar a saúde financeira da Companhia e avaliar a eficiência do seu funcionamento.

De forma a considerar a distribuição de funções, as áreas da Companhia, onde está compreendida a unidade de negócio, estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

2. Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linhas de defesa, conforme melhor explicado abaixo:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.

- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.

3. A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas de defesa.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser críticos, severos, moderados e reduzidos. O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis de são formalizados como apetite a riscos. Ele é apurado através de simulações num horizonte de um ano para os capitais regulatórios (CR) e para o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) utilizando-se cenários base e de stress, com o objetivo de definir o índice de solvência que é capaz de suportar a combinação de cenários de stress.

Todos as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do grupo, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de Crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Risco de que o

emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em "investimentos de alto risco" e "investimentos de baixo risco", conforme rating nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco.

4.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 823.700, correspondentes a 77% (R\$ 787.278, correspondentes a 85% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 245.172 (R\$ 142.487 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não há posição em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.2. Risco de mercado

O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk - VaR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do VaR (Value at Risk) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de stress da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (i) O VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro de 2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com Lambda variando conforme fator de risco.
- (ii) DV01 (dollar-value for one basis-point): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

- O fator de decaimento Lambda da metodologia EWMA.

Fatores de Risco	31/12/2021		31/12/2020					
	DIV-01	EWMA VAR	DIV-01	EWMA VAR				
Pré-fixado - DI	- 0,88	1.606	494.933	273	0,93	24.718	552.247	
Taxa Referencial	- 0,90	-	-	-	0,93	-	-	
IGPM	- 0,98	-	-	-	0,91	-	-	
IPCA	45	0,99	2.486	81.068	56	0,99	2.874	84.987
Ações	- 0,99	-	-	-	0,96	-	-	

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descaimento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2021			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	388	-	-	388
Equivalente de Caixa	17.364	-	-	17.364
Aplicações Financeiras	318.346	22.816	710.378	1.051.540
Créditos das Operações de Capitalização	17	-	-	17
Títulos e Créditos a Receber	4.187	-	-	4.187
Total de ativos	340.302	22.816	710.378	1.073.496
Contas a pagar	7.434	-	-	7.434
Provisões Técnicas	404.749	272.783	315.669	993.201
Débito das operações	826	-	-	826
Depósitos de terceiros	36	-	-	36
Total de passivos	413.045	272.783	315.669	1.001.497

Ativos e passivos	31/12/2020			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	347	-	-	347
Equivalente de Caixa	5.958	-	-	5.958
Aplicações Financeiras	262.677	86.595	574.461	923.733
Créditos das Operações de Capitalização	4	-	-	4
Títulos e Créditos a Receber	342	-	-	342
Total de ativos	269.328	86.595	574.461	930.384
Contas a pagar	13.759	-	-	13.759
Provisões Técnicas	337.940	219.621	333.256	890.817
Débito das operações	1.777	-	-	1.777
Depósitos de terceiros	66	-	-	66
Total de passivos	353.542	219.621	333.256	906.419

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no aging não apresenta risco.

4.1.1.4. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal e compliance. A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos da Companhia e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de gradação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a gradação de impacto é idêntica à utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de controles internos. O gestor de risco reporta estes resultados à diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas na Companhia e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia.

Para mitigar os riscos de compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de compliance, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

Os riscos podem ser listados em:

- Risco de sorteio: implica na possibilidade de a Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;
- Risco de persistência: implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título;
- Risco da garantia de rentabilidade: implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;
- Risco das despesas administrativas: implica na possibilidade de a Companhia ter mais despesas do que receitas oriundas das quotas de carregamento.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração.

Em 31 de dezembro de 2021, a arrecadação com títulos de capitalização atingiu um total de R\$ 508.931 (203.527 em 31 de dezembro de 2020), distribuída em grande maioria

na região Sul no montante de R\$ 503.132 representando 99% nesta data (R\$ 199.872 que representava 98% em 31 de dezembro de 2020) e nas demais regiões no montante de R\$ 5.799 representando 1% (R\$ 3.655 no qual representava 2% em 31 de dezembro de 2020).

4.1.1.6. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.2. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto, esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu como um todo e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são aqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor: R\$ 17.364 (R\$ 5.958 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R\$ 252.514 (R\$ 94.835 em 31 de dezembro de 2020). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021, os ajustes de avaliação patrimonial montam perdas brutas de tributos de R\$ 8.057 e líquidas, de R\$ 4.834 (ganhos brutos de tributos de R\$ 3.743 e líquidos de R\$ 2.246 em 31 de dezembro de 2020), apresentado no item seguinte:

31/12/2021									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	90.390	26.613	-	117.003	117.003	10,95%	11,59%
Nota do Tesouro Nacional	IPCA+2,90%	-	116	1.182	33.471	34.769	34.769	3,25%	3,44%
Operações Compromissadas (Lastro LTN)	SELIC	-	227.808	-	-	227.808	227.808	21,31%	22,57%
Outros Aplicações		9	24	-	-	33	33	-	-
Total		9	318.338	27.795	33.471	379.613	379.613	35,51%	37,60%

31/12/2021									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado - Equivalente de Caixa:									
Operações Compromissadas	SELIC	-	17.364	-	-	17.364	17.364	1,64%	1,75%
Total		-	17.364	-	-	17.364	17.364	1,64%	1,75%

31/12/2021									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
II. Títulos Disponíveis para Venda:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Nota do Tesouro Nacional	IPCA+3,25%	-	-	-	44.618	44.618	44.618	4,17%	4,42%
Nota do Tesouro Nacional - PRE	7,45%	-	-	-	11.807	11.807	11.807	1,10%	1,16%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	132.715	55.318	188.032	188.032	188.032	17,59%	18,63%
Total		-	-	132.715	111.743	244.457	244.457	22,86%	24,21%

31/12/2021									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
III. Mantido Até o Vencimento:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Nota do Tesouro Nacional - PRE		6,77%	-	-	427.470	427.470	367.778	39,99%	47,34%
Total		-	-	-	427.470	427.470	367.778	39,99%	47,34%
Total das Aplicações Financeiras Circulante		9	335.702	160.510	572.684	1.068.904	1.009.212	100%	100%
Não Circulante							671.927		

31/12/2020									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	126.223	90.476	-	216.699	216.699	23,31%	23,07%
Nota do Tesouro Nacional	IPCA + 2,90%	-	-	501	36.451	36.952	36.952	3,97%	3,94%
Operações Compromissadas	SELIC	-	136.529	-	-	136.529	136.529	14,69%	14,53%
Outros Aplicações		11	(85)	-	-	(75)	(75)	(0,01)%	(0,01)%
Total		11	262.667	90.977	36.451	390.105	390.105	41,96%	41,53%

31/12/2020									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado - Equivalente de Caixa:									
Operações Compromissadas	SELIC	-	5.958	-	-	5.958	5.958	0,64%	0,64%
Total		-	5.958	-	-	5.958	5.958	0,64%	0,64%

31/12/2020									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
II. Títulos Disponíveis para Venda:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Nota do Tesouro Nacional	IPCA + 3,25%	-	-	-	48.006	48.006	48.006	5,16%	5,11%
Nota do Tesouro Nacional - PRE	7,58%	-	-	-	50.573	50.573	50.573	5,44%	5,38%
Total		-	-	-	98.579	98.579	98.579	10,60%	10,49%

31/12/2020									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
III. Mantido Até o Vencimento:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Nota do Tesouro Nacional - PRE		6,77%	-	-	435.049	435.049	444.728	46,80%	47,34%
Total		-	-	-	435.049	435.049	444.728	46,80%	47,34%
Total das Aplicações Financeiras Circulante		11	268.625	90.977	570.079	929.691	939.370	100%	100%
Não Circulante							396.063		
							533.628		

5.2. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2020	26.790	-	6.201	32.991
(+) Aplicações	977.841	92.292	420.189	1.490.322
(-) Resgates	(616.670)	-	(688)	(617.358)
(+) Rendimentos	8.103	2.543	9.347	19.993
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	3.743	-	3.743
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	396.064	98.578	435.049	929.691
(+) Aplicações	686.838	386.965	-	1.073.803
(-) Resgates	(672.791)	(239.891)	(35.142)	(947.824)
(+) Rendimentos	(13.134)	10.605	27.563	25.033
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(11.800)	-	(11.800)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	396.977	244.457	427.470	1.068.904

*Os valores de resgate na categoria de mantidos até o vencimento são referentes aos pagamentos de juros semestrais das Notas do Tesouro Nacional.

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

31/12/2021			
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Letras Financeiras do Tesouro	396.944	33	396.977
Notas do Tesouro Nacional:	117.003	-	117.003
Operações Compromissadas	34.769	-	34.769
Outros Aplicações	245.172	-	245.172
II. Títulos disponíveis para venda:	244.457	-	244.457
Notas do Tesouro Nacional:	56.425	-	56.425
Letras Financeiras do Tesouro	188.032	-	188.032
III. Mantido até o vencimento:	427.470	-	427.470
Notas do Tesouro Nacional:	427.470	-	427.470
Total (I + II + III)	1.068.871	33	1.068.904

31/12/2020			
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Letras Financeiras do Tesouro	396.138	(74)	396.064
Notas do Tesouro Nacional:	216.699	-	216.699
Operações Compromissadas	36.952	-	36.952
Outros Aplicações	142.487	-	142.487
II. Títulos disponíveis para venda:	98.578	-	98.578
Notas do Tesouro Nacional:	98.578	-	98.578
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-
III. Mantido até o vencimento:	435.049	-	435.049
Notas do Tesouro Nacional:	435.049	-	435.049
Total (I + II + III)	929.765	(74)	929.691

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e SWAP contratados em mercado de balcão organizado:

31/12/2021						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total em R\$ mil	Objetivo
DI1	Comprado	jan/22	CDI	5	500	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	jan/27	CDI	2.875	173.716	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	jan/29	CDI	2.085	102.424	Hedge Taxa pré fixada

31/12/2020						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total em R\$ mil	Objetivo
DI1	Comprado	jan/22	CDI	5	486	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	jan/27	CDI	125	8.614	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	jan/29	CDI	800	47.090	Hedge Taxa pré fixada

6. Outros créditos operacionais

Registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa rubrica era de R\$ 5.676 (R\$ 2.309 em 31 de dezembro de 2020). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. Créditos tributários e previdenciários

7.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são compostos da seguinte forma:

Ativo - Circulante	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda	2.487	321
Contribuição Social	1.700	21
Total de Créditos Fiscais	4.187	342

7.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o "CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro".

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no passivo não circulante, na rubrica "Tributos Diferidos".

	31/12/2020	Consti-tuição	Realiza-ção/Reversão	31/12/2021
Ativo - Não Circulante				



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

9. Débito das operações de capitalização

Registra as obrigações operacionais com vencimentos dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações. Em 31 de dezembro de 2021, as obrigações são compostas por pró-labore e comissões no valor de R\$ 826 (R\$ 1.777 em 31 de dezembro de 2020).

10. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2020	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2021
Provisão Matemática para Capitalização	728.284	407.937	(360.895)	46.717	822.043
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	50.477	207.734	(203.640)	31	54.602
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	44.146	154.758	(154.504)	20	44.421
Provisão para Resgates	822.907	770.431	(719.039)	46.768	921.067
Provisão para Sorteios a Realizar	14.400	20.856	(24.676)	316	10.896
Provisão de Sorteios a Pagar	4.071	22.968	(21.739)	14	5.314
Provisão para Sorteios	18.471	43.824	(46.415)	330	16.210
Provisão para Distribuição de Bônus	47.045	17.808	(11.197)	2.267	55.924
Provisão para Despesas Administrativas	2.394	1.052	(3.446)	-	-
Outras Provisões	49.439	18.860	(14.642)	2.267	55.924
Total	890.817	833.115	(780.096)	49.365	993.201

	Saldos em 01/01/2020	Transferência de Carteira	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2020
Provisão Matemática para Capitalização	9.301	682.243	155.907	(132.913)	13.746	728.284
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	-	50.750	86.058	(86.332)	1	50.477
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	1	42.811	47.575	(46.243)	2	44.146
Provisão para Resgates	9.302	775.804	289.540	(265.488)	13.749	822.907
Provisão para Sorteios a Realizar	1.548	14.166	19.621	(21.225)	290	14.400
Provisão de Sorteios a Pagar	2.009	722	18.672	(17.340)	8	4.071
Provisão para Sorteios	3.557	14.888	38.293	(38.565)	298	18.471
Provisão para Distribuição de Bônus	-	44.642	5.079	(3.603)	927	47.045
Provisão para Despesas Administrativas	31	1.764	1.162	(563)	-	2.394
Outras Provisões	31	46.406	6.241	(4.166)	927	49.439
Total	12.890	837.098	334.074	(308.219)	14.974	890.817

10.1. Análise de sensibilidade - capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: riscos de subscrição e taxa de juros e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

- (i) Para os riscos de subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 14%, definido com base na experiência da Companhia.
- (ii) Para a taxa de juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (estrutura a termo das taxas de juros – ETTJ). Este teste apresentou impacto nulo.

VARIÁVEL	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido	
	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Sorteio Aumento de 14% nos valores sorteados	(3.216)	(2.613)
Resultado Sorteio Redução de 14% nos valores sorteados	3.216	2.613

11. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões Técnicas - Capitalização:		
Total a ser coberto	993.201	890.817
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Quotas de Fundos de Investimento – Exclusivos	991.848	933.412
Total dos Ativos Vinculados	991.848	933.412
Equivalente de Caixa	17.364	5.958
Total de Aplicações (d)	1.009.212	939.370
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	16.012	48.553

12. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

12.1. Provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demandas cíveis e fiscais. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Causas Cíveis			
	31/12/2021	Valor Estimado	Valor Provisionado
Probabilidade de Perda	Quantidade		
Provável	3	30	30
Possível	1	23	-
Remoto	1	-	-
Total	5	53	30

Causas Fiscais			
	31/12/2021	Valor Estimado	Valor Provisionado
Probabilidade de Perda	Quantidade		
Possível	2	400	-
Total	2	400	-

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	31/12/2021
Saldo Inicial	-
Adições	32
Atualização Monetária	3
Baixa	(12)
Ajuste	7
Saldo Final	30

12.2. Outras contas a pagar – Obrigações Fiscais

No grupo "Outras Contas a Pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2021
COFINS	-	496	11	507
PIS	-	80	2	82
Total - Obrigações Fiscais	-	576	13	589

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da Base (a)	77	82	467	507	544	589

Os mandados de segurança nº5013983-57.2021.4.03.6100 e nº 5001912-23.2021.4.03.6100, questionam exigência do PIS e da COFINS, incidentes sobre as Receitas Financeiras de Ativo Livre e de Prescrição, respectivamente, ambos nos termos da Lei nº12.973/2014. Perda Possível. O recurso está aguardando sentença.

Os depósitos judiciais e fiscais estão classificados no ativo não circulante e são compostos como depósitos fiscais no montante de R\$ 544, no qual o montante de R\$ 528 são referentes a adições e R\$ 16 são referentes a atualização monetária.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito e integralizado de R\$ 90.000 (R\$ 20.000 em 31 de dezembro de 2020) é representado por 90.000.000 ações ordinárias (20.000.000 em 31 de dezembro de 2020).

13.2. Reservas de Lucros

As Reservas de Lucros de R\$ 4.047 em 31 de dezembro de 2020, são compostas por: Reserva Legal de R\$ 385 em 31 de dezembro de 2020, que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

Reserva Estatutária de R\$ 3.662 em 31 de dezembro de 2020, é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

No exercício de 2021, a Companhia apresentou R\$4.680 de prejuízo e utilizou as reservas de lucro para compensação, restando R\$633 de Prejuízos Acumulados a compensar com lucros futuros.

13.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários

que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de (R\$ 4.834) (R\$ 2.246 em 31 de dezembro de 2020), líquidos dos tributos.

13.4. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2021
Patrimônio Líquido	84.533
Ajustes contábeis	(3.276)
Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(2.673)
Créditos Tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(602)
Ativos Intangíveis	(1)

	31/12/2021
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	9.644
Ativos financeiros na categoria mantidos até o vencimento	(32.625)
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	5.112
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. Capitalização	37.157

	31/12/2021
Subtotal PLA - nível	90.902
PLA Nível I	45.565
PLA Nível II	42.270
PLA Nível III	3.067
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(35.114)
Limitador 15% CMR - PLA nível III	-
Limitador 50% CMR - PLA nível II e III	(35.114)
PLA (Total) = PL + Ajust. cont.+ Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3 (e = a+b+c+d)	55.787
Capital Base (CB) (a)	10.800

	31/12/2021
Capital de Risco de Crédito	4.753
Capital de Risco de Subscrição	4.504
Capital de Risco - Mercado	14.118
Capital de Risco - Redução por correlação	(5.238)
Capital de Risco - Operacional	2.308
Capital de Risco (CR) (b)	20.445
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	20.445
Patrimônio líquido ajustado	55.788
(-) Exigência de capital - EC	(20.445)
Suficiência de capital - R\$	35.343
Suficiência de capital (% da EC)	273%

14. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Passivo		Despesas		Receitas	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Icatu Seguros S. A (c)	-	-	(1.809)	-	6.414	5.422
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda (a)	-	-	(1)	(26)	-	-
Icatu Assessoria Ltda (d)	(3.856)	(3.924)	(49.805)	(14.898)	-	-
Rio Grande Seguros e Previdência S. A (c)	(6.687)	(8.768)	(1.100)	(1.479)	19.039	19.575
Banrisul Icatu Participações (b)	-	-	(3.337)	-	-	-
Total	(10.543)	(16.029)	(52.715)	(16.403)	25.453	24.997

- (a) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;
- (b) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia;
- (c) Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes da Icatu Seguros e da Rio Grande Seguros e Previdência uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Icatu Seguros. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização. Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;
- (d) Valores referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria Ltda. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

15. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

Produto	Processo	% de carregamento	Taxas de Juros	Índice de correção
PM910T3	15414.004504/2009-51	15,79%	0,5% a.m.	TR
PM537T	15414.901669/2019-44	12,48%	0,5% a.m.	TR
PM171T	15414.901248/2013-28	11,09%	0,5% a.m.	TR
PM538T	15414.901670/2019-79	9,55%	0,5% a.m.	TR
PU012I	15414.900665/2019-49	0,24%	0,16% a.m.	TR

16. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

Há variações significativas no resultado, em função da transferência de carteira do Banrisul ter sido realizada em setembro de 2020.

16.1. Receitas líquidas com títulos de capitalização

	31/12/2021	31/12/2020
Título de Capitalização Emitido	509.157	203.606
Devolução/Cancelamento Com Título de Capitalização	(226)	(79)
Reversão da Provisão Para Resgate	158	77
Constituição da Provisão Para Resgate	(407.563)	(155.923)
Reversão da Provisões Técnicas	11.897	2.605
Constituição da Provisão Técnicas	(19.249)	(6.480)
Total	94.174	43.806

16.2. Resultado com sorteios

	31/12/2021	31/12/2020
Reversão da Provisão Para Sorteio	24.676	20.986
Constituição da Provisão Para Sorteio	(20.857)	(19.621)
Despesas Com Títulos Sorteados	(22.860)	(18.664)
Total	(19.041)	(17.299)

16.3. Custo de aquisição

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Corretagem	(13.963)	(88)
Despesas de Custeamento de Vendas	(3.048)	(6.948)
Total	(17.011)	(7.036)

16.4. Outras receitas e despesas operacionais – capitalização

	31/12/2021	31/12/2020
Receita com Resgate de Título	6.313	1.538
Receita com Prescrição de Título	10.536	2.556
Despesas com Provisões	(3.015)	(628)
Total	13.834	3.466

16.5. Despesas administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de Terceiros	(50.035)	(15.129)
Localização e Funcionamento	(32)	(17)
Donativos e Contribuições	(44)	(50)
Publicidade e Propaganda	(181)	(97)
Despesas Administrativas Diversas	(21)	(1)
Total	(50.313)	(15.294)

16.6. Despesas com tributos



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Luciano Snel Corrêa

Conselheiros: Claudio Coutinho Mendes; Ademar Schardong; Claudio Leite Gastal; Cidimar Luis Stoffel; Luiz Carlos Caio Tomazeli

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076168/O-7

DIRETORIA

Diretor Presidente: César Luiz Salazar Saut

Diretores: Marcio de Moraes Palmeira; Suzana Flores Cogo

Atuário: Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1394

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Rio Grande Capitalização S.A. - Porto Alegre – RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de capitalização

Veja Notas 3.8 e 10 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:	- entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da PR, da PDB e da PSR.
- conciliação dos registros analíticos suporte da PR, PDB e PSR com os respectivos saldos contábeis.	- recálculo, com base em amostragem, da PR e PDB de acordo com as condições contratuais.
- teste, com base em amostragem, da precisão das bases estatísticas utilizadas no cálculo da PSR, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos contratos.	- com o auxílio técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas, tais como persistência, estimativas de fluxos da provisão de sorteios a realizar e taxas de juros, utilizadas na mensuração da PSR, bem como efetuações no recálculo independente da referida provisão técnica partindo das bases de dados estatísticas.
- Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.	

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam con-

sideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6



PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Rio Grande Capitalização S.A.

Porto Alegre - RS

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$55.787 mil (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos demonstrativos do capital mínimo e pelos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Atuariais Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$55.787mil (em 31 de dezembro

de 2021), com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$55.787mil (em 31 de dezembro de 2021), anteriormente referidos, da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Formulários de Informações Periódicas, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Consultores Ltda.

CNPJ: 02.189.924/0001-03 - CIBA 45

Felipe Fieri Amado - MIBA 2.385

